



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS-(DCHT-
CAMPUSXVI) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS,
POVOS INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS (PPGEAFIN)

ANA CLÁUDIA CERQUEIRA SILVA

**A PROFESSORA CLÁUDIA ROMANA E A ESCOLARIZAÇÃO NA BAIXINHA,
IRARÁ - BAHIA (1949-1980)**

SALVADOR

2020

ANA CLÁUDIA CERQUEIRA SILVA

**A PROFESSORA CLÁUDIA ROMANA E A ESCOLARIZAÇÃO NA BAIXINHA,
IRARÁ - BAHIA (1949-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Araújo Silva

Linha 2: Cultura, Educação e Memória

SALVADOR

2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário:
João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

Silva, Ana Cláudia Cerqueira
S586p A professora Cláudia Romana e a escolarização na
Baixinha, Iará - Bahia 1949-1980. / Ana Cláudia Cerqueira
Silva
Salvador - BA
108 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras –
PPGEAFIN como requisito para obtenção do grau de Mestre em
História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Araújo Silva.

1. História. 2. Memória. 3. Casa-escola 4. Educação
escolarizada. 5. José Carlos Araújo Silva. I. Título.

CDD – 920

ANA CLÁUDIA CERQUEIRA SILVA

**A PROFESSORA CLÁUDIA ROMANA E A ESCOLARIZAÇÃO NA BAIXINHA,
IRARÁ - BAHIA (1949-1980)**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN.

Aprovada em: Salvador, 27 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Carlos de Araújo Silva (UNEB - Orientador)

Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira (UNEB - Examinador)

Profa. Dra. Sandra Nívia Soares (UEFS - Examinadora)

A minha avó Margarida Alves de Moura
Cerqueira (*In memoriam*).

Ao meu pai Joãozinho dos Santos Silva (*In
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e maior agradecimento é dedicado a Deus, por ser a base que me sustenta todos os dias, me guiando e me dando discernimento para trilhar os meus caminhos.

Quero agradecer ao meu orientador, o Professor Dr. José Carlos de Araújo Silva, pelas horas incansáveis de aprendizado e discussões e por toda cumplicidade, paciência e crença na realização desta pesquisa.

Na minha trajetória, vivenciei experiências muitas vezes amargas e tive que me reinventar o tempo inteiro, mas nunca estive sozinha. Encontrei pessoas maravilhosas que comigo estiveram e que também são responsáveis por essa conquista. Quero AGRADECER a minha mãe, Eliana Alves Cerqueira Silva, pela sua paciência para comigo diante dos meus estresses cotidianos, das vezes que chorei e cogitei a possibilidade de desistir.

E como não agradecer aos melhores irmãos? Elaine, Jeronimo e Tailane são vocês que com uma alegria contagiante me fazem esquecer as dificuldades encontradas e transformá-las em inspiração na conquista dos meus objetivos. Pois se orgulham tanto em dizer: “minha irmã será mestre!!!”

Agradeço a meus tios e tias, em especial, Dinalva, e minha madrinha Maria do Carmo por abrir as portas da sua casa e me recepcionar desde quando ainda estava na seleção do mestrado. As minhas primas, especialmente, Iandra e Marcia, por estarem comigo o tempo inteiro me incentivando. Vocês foram sensacionais.

Agradeço também aos meus amigos e amigas que, direta ou indiretamente, contribuíram e colaboraram para a realização desse sonho. De modo especial, quero agradecer a Gabriela Brito, pela disposição em ajudar. E a Janete, por estar comigo nessa empreitada, na busca das fontes, na escuta dos colaboradores, eis uma amiga-irmã, obrigada!

Acredito que Deus põe em nossas vidas pessoas especiais, que tentam fazer das nossas dificuldades motivos para construir juntos uma nova história. É nesse sentido que quero agradecer a meus professores, desde a educação básica, que passaram em minha vida e

contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou. Em especial, gostaria de agradecer a professora Sandra Nívia Soares de Oliveira, pois foi através da sua sensibilidade, enquanto minha orientadora na graduação, que possibilitou que eu “entrasse” na comunidade da Baixinha na qualidade de pesquisadora e pudesse me apaixonar pelos estudos étnico-raciais e, com isso, desejar aprender mais sobre a história da educação dos negros e negras que vivem naquela comunidade.

RESUMO

A presente pesquisa busca investigar como foi instituída a escolarização na comunidade da Baixinha, no município de Irará – Bahia, a partir ação precursora da Professora leiga Cláudia Romana dos Santos, empreendida entre os anos de 1949 e 1980. Essa investigação se baseou no estudo sobre a história da educação, partindo das reflexões propostas por Fonseca (2009), Veiga (2008) e Silva (2002), que demarcam sobre o processo de escolarização dos negros no Brasil. Abordamos também sobre esses processos relativos às comunidades rurais e remanescentes de quilombo, bem como, realizamos o cotejamento entre as poucas fontes documentais de caráter escrito que tivemos acesso e a inestimável contribuição de colaboradores que foram vizinhos, amigos e principalmente ex-alunos que aprenderam a leitura, a escrita e os fundamentos aritméticos na casa-escola em que a mesma exercia múltiplas atividades. Utilizamos da história oral atrelada à memória dos nossos colaboradores, a partir da perspectiva de Ecléa Bosi (1999), Maurice Halbwachs (1990) e Thompson (1992), que consideram a memória enquanto elemento primordial para a construção do trabalho etnográfico. Dessa forma, buscamos compreender questões relativas à prática pedagógica da professora em questão, o funcionamento dessa casa-escola e as relações estabelecidas por essa mulher naquela comunidade. Analisamos também os lugares ocupados por Cláudia, para além da escolarização, nessa comunidade, bem como, as outras atividades desenvolvidas por ela. Portanto, a construção dessa pesquisa, na comunidade da Baixinha, possibilitou compreender um pouco sobre o processo de escolarização em uma comunidade rural, como esses sujeitos faziam para acessar esses espaços e o quão lento foi a chegada da escolarização formal às comunidades rurais.

Palavras-chaves: História. Memória. Casa-escola. Educação escolarizada.

ABSTRACT

This research seeks to investigate how schooling was instituted in the Baixinha community, in the municipality of Irará - Bahia, based on the precursor action of the lay teacher Claudia Romana dos Santos, undertaken between the years 1949 and 1980. This was based on a study of the history education, based on the reflections proposed by Fonseca (2009), Veiga (2008) and Silva (2002), which outline the process of schooling blacks in Brazil. We also addressed these processes related to rural communities and quilombo remnant, carried out in the comparison between the sparse documentary sources of written character that we had access to and the invaluable contribution of collaborators who were neighbors, friends and mainly alumni who learned to read, write and arithmetic fundamentals in the school house where it was held multiple activities. We use oral history linked to the memory of our collaborators from the perspective of Ecléa Bosi (1999), Maurice Halbwachs (1990) and Thompson (1992), who consider memory as a primary element for the construction of ethnographic work. In this way, we seek to understand issues related to this teacher's pedagogical practice, the functioning of this home-school and the relationships established by that woman in that community. We also analyzed the places occupied by Cláudia in addition to schooling in this community as well as the other activities developed by her. Therefore, the construction of this research in the Baixinha community, made it possible to understand a little about the schooling process in a rural community, how these subjects did to access these spaces and how slow the arrival of formal schooling to rural communities was.

Keywords: History. Memory. Home-school. Schooled education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Igreja da Conceição	38
Figura 2 - Capela Nossa Senhora do Livramento	38
Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora da Purificação	39
Figura 4 - Mapa de Irará e região	40
Figura 5 - Lápide do senhor Panta Leão Américo dos Santos	41
Figura 6 - Imagens relativas à igreja e ao túmulo da senhora Emília dos Santos, esposa de Panta Américo dos Santos	42
Figura 7 - Foto do senhor João Américo dos Santos, neto de Mestre Panta	44
Figura 8 - Foto da Igreja do Alto do Santo (ou Igreja dos Panta).....	45
Figura 9 - Reprodução da foto do senhor Paulinho de Panta, filho de Panta Leão.....	49
Figura 10 - Placas alusivas à construção e reforma do prédio escolar do grupo Escolas Reunidas.....	55
Figura 11 - Reprodução da cédula de identidade da Senhora Cláudia Romana dos Santos	57
Figura 12 - Casa da senhora Cláudia Romana dos Santos	60
Figura 13 - Folha de pagamento referente ao mês de janeiro de 1974.....	70
Figura 14 - Folha de pagamento referente ao mês de outubro de 1974	72
Figura 15 - Folha de pagamento referente a agosto de 1976.....	73
Figura 16 - Folha de pagamento referente ao mês de janeiro de 1977	75
Figura 17 - Folha de pagamento referente ao mês de julho de 1977	76
Figura 18 - Folha de pagamento dos gestores do município em fevereiro de 1979.....	78
Figura 19 - Folha de pagamento referente a junho de 1979	79
Figura 20 - Folha de pagamento dos(as) professores(as) diplomados(as).....	79
Figura 21 - Cartilha utilizada para alfabetizar	81
Figura 22 - Tabuada.....	82
Figura 23 - Professora Cláudia Romana dos Santos	85
Figura 24 - Foto da certidão de óbito da senhora Cláudia Romana dos Santos.....	85
Figura 25 - Foto da unidade de saúde Cláudia Romana dos Santos	89

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CAPITULO I: OS PERCALÇOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL	16
2.1 A comunidade da Baixinha e seu processo de reconhecimento enquanto remanescente de quilombo.....	24
3. CAPITULO II: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DA BAIXINHA	37
3.1 O Município de Irará: da Vila da Purificação a criação do Município.	37
3.2 Panta Leão Américo dos Santos e a comunidade da Baixinha	41
4. CAPITULO III: A PROFESSORA CLÁUDIA ROMANA E O SONHO DO SABER: UMA INICIATIVA VOLUNTÁRIA DE ESCOLARIZAÇÃO NA COMUNIDADE DA BAIXINHA.....	55
4.1 A professora Cláudia Romana dos Santos.....	56
4.2 A chegada da Professora Cláudia Romana e a sua Casa-Escola.....	59
4.3 Cláudia Romana dos Santos: auxiliar de ensino/professora leiga do município de Irará	69
4.4 A professora leiga Cláudia Romana dos Santos e o seu cotidiano	80
4.5 Finalmente um prédio escolar	84
5. PARA NÃO CONCLUIR: Algumas considerações	87
FONTES	91
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO.....	96
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	97
ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTOS PREENCHIDOS	98

1. INTRODUÇÃO

O desejo por conhecer um pouco mais sobre a comunidade da Baixinha situada no Município de Irará - Bahia, se manifestou de uma maneira mais concreta logo no início da minha trajetória acadêmica, quando ao escrever o trabalho de conclusão de curso (TCC), me propus a investigar os contornos de uma educação escolarizada no quilombo da Baixinha. Naquele trabalho, o meu objetivo inicial estava centrado na compreensão das questões relativas ao espaço escolar e ao desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Diante das diversas dificuldades encontradas, em princípio, para a realização de uma história daquela comunidade, houve a necessidade de que fosse realizada uma identificação de prováveis colaboradores para a realização de um trabalho baseado, exclusivamente, nas memórias dos moradores mais antigos daquela comunidade. Dessa maneira, buscou-se, através das lembranças desses idosos, produzir a história sobre a constituição da comunidade da Baixinha. Diante do exposto, o interesse do TCC em Pedagogia, em estudar as práticas pedagógicas existentes naquela comunidade, nos deparamos com a necessidade de entender, primordialmente sobre a constituição da instituição escolar naquela localidade, mas devido ao tempo e ao limite daquele trabalho científico, isso não passou de uma intenção, um interesse.

Após a conclusão da graduação, com a oportunidade de cursar o mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN/UNEB), pude retomar as minhas investigações, agora sistematizadas, e compreender a institucionalização da escolarização naquela mesma comunidade remanescente de quilombo a partir do protagonismo, da vida e do trabalho, da sua primeira professora, Cláudia Romana dos Santos, que, por 31 anos, manteve em sua casa uma escola. Escola essa que funcionou tanto a partir da sua iniciativa pessoal, com a colaboração de alguns vizinhos e moradores quanto, posteriormente, como uma escola oficial da Prefeitura Municipal de Irará, ainda que funcionando na residência da professora.

Vale ressaltar que, pessoalmente, esse trabalho me oportunizou estudar e conhecer a história da educação e da escolarização do negro no Brasil e, por extensão, a minha própria história, minhas raízes, na busca por compreender melhor essa realidade vivida há décadas, que é apenas uma pequena parte de um todo manifesto em um longo processo de exclusão.

Escrever sobre a história da educação na comunidade da Baixinha se constituiu em muito mais que um trabalho apenas sobre a localidade em questão, ele compreende também um estudo sobre as comunidades circunvizinhas, que passaram pelo mesmo processo. Quando abordo essa questão, faço referência especial à comunidade da qual sou moradora, o Candéal

Moura. As proximidades existentes entre essas localidades não se restringem à espacialidade, permeiam os laços de parentesco predominantes entre as nossas famílias, através das idênticas histórias de infância, marcadas por momentos diversos ocorridos, simultaneamente, entre a Baixinha e o Candeal Moura.

Nossos avós e pais, nos momentos em família, sinalizam de maneira substancial a forma como foram inseridos no espaço escolar, e sempre retratavam uma casa, que funcionava também como uma escola. Dessa forma, era bastante curioso compreender o funcionamento da escola em questão e o papel crucial de sua professora no processo de construção de um saber, para além do escolar, um conhecimento que tinha como intuito auxiliar na formação humana dos educandos.

Nessas conversas, cada vez mais se “materializava” a figura de uma professora, que transformava sua casa em um espaço escolar para atender as pessoas da comunidade. Nesse sentido, tivemos, na comunidade da Baixinha, a professora Cláudia, que foi protagonista dos processos de escolarização na localidade até a chegada de um espaço exclusivamente destinado para o atendimento escolar. A discussão acerca da casa-escola é bastante recorrente nos trabalhos que tratam sobre a educação brasileira, tanto no período colonial como imperial. Entretanto, raramente as pesquisas abordam que, até pouquíssimo tempo atrás, esses espaços ainda eram comuns no processo de escolarização brasileiro, especialmente nas zonas rurais.

Portanto, nessa dissertação, abordaremos sobre a ação precursora da professora Cláudia Romana dos Santos, enquanto a primeira docente da comunidade da Baixinha e responsável pela educação escolarizada realizada no período compreendido entre os anos de 1949 a 1980. A delimitação do recorte cronológico dessa pesquisa abrange a chegada da professora Cláudia Romana dos Santos à comunidade da Baixinha, em 1949, até o ano de 1980, ano em que ocorreu a construção da escola José Martins da Silva, primeiro prédio escolar da comunidade.

Optamos por desenvolver uma pesquisa de cunho etnográfico, diante da necessidade de investigar a realidade vivida por aquela comunidade, a partir do entendimento de que a busca pelas histórias dentro de comunidades tradicionais se constitui em um exercício de escutas sensíveis e de pensamentos delineados pela compreensão mais ampla do mundo em que está se adentrando. Desse modo, observa-se que na escuta dos sujeitos destas comunidades, descobrimos que alguns minutos de silêncio frente a uma recordação podem dizer mais do que uma grande quantidade de palavras.

A evocação das narrativas dos colaboradores da pesquisa, ou melhor, dos sujeitos que colaboraram para o trabalho anterior só foi possível através da memória, construída de forma coletiva, que possibilitou que eu conhecesse um pouco sobre a história da comunidade e

chegasse até os primeiros relatos sobre o processo de escolarização ali ocorrido. As primeiras informações obtidas sobre esse processo durante a minha pesquisa são se originaram dos educandos, mas de outras pessoas, muitas das quais filhos e sobrinhos de ex-alunos, que dispunham de informações esparsas sobre tal ocorrência através de uma memória coletiva, como afirma Maurice Halbwachs:

Se nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. (HALBWACHS, 1990, p. 29)

Portanto, a partir do momento do em que iniciei a coleta dos dados, foi necessária a sensibilidade para compreender que muitas das memórias dos meus colaboradores se constituíam em uma rede de lembranças, de diferentes formas a serem rememoradas, mas que, no final, são complementos de uma história em comum de um povo que constrói sua memória através do auxílio das lembranças dos diferentes sujeitos. Do mesmo modo, faz-se importante evidenciar que, nessa dissertação, trabalhamos com memórias de mulheres e homens idosos, e que, através delas/deles, podemos acessar “um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos” (BOSI, 1999, p. 82). Desse modo, para analisarmos essas narrativas necessitamos compreendê-las como possibilidades para acessar formas e modos de ser e de fazer desses sujeitos no passado.

Assim, para a realização desse trabalho, utilizamos alguns critérios para a seleção das fontes: optamos por escutar as pessoas que conheceram; estudaram ou foram vizinhas da professora Cláudia Romana dos Santos. Utilizamos, para a descrição das entrevistas, as letras iniciais dos nomes dos nossos colaboradores a fim de manter a integridade dos sujeitos participantes, todos assinantes de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Apenas para um dos nossos colaboradores usamos o seu nome completo, em virtude de o mesmo estar falecido e termos recebido, por escrito, a devida autorização de sua filha para o uso da sua entrevista e imagem.

Para tanto, nessa pesquisa, entrevistamos dez colaboradores, sendo cinco mulheres, algumas que foram alfabetizadas pela professora Cláudia Romana dos Santos e outras que com ela mantiveram vínculos muito próximos desde a sua chegada à comunidade da Baixinha, além de cinco homens, sendo um deles o filho da professora em questão.

Essa pesquisa, portanto, está organizada em três capítulos. No primeiro deles, intitulado “Os percalços da história da educação dos negros no Brasil”, realizamos uma breve discussão

sobre o processo de inserção do negro¹ na escolarização no Brasil, com o intuito de demonstrar o quão tortuoso foi esse processo, muitas vezes instituído por iniciativas educacionais particulares, oriundas das próprias comunidades negras.

Tendo em vista todos os processos vivenciados pela professora Cláudia Romana dos Santos e a necessidade de abordar o lugar sobre o qual estamos falando, demarcando as suas peculiaridades, constituídas a partir de uma memória ancestral do povo negro que a constituiu, abordaremos no segundo capítulo, “Histórias e memórias da comunidade da Baixinha”, a formação daquela localidade e do município de Iará, enfocando-a desde a sua criação.

Dessa forma, apresentaremos essa comunidade e a realidade vivenciada por aqueles que foram sujeitos desse processo. Assim, chegamos a um senhor cujo nome é Panta Leão Américo dos Santos e às histórias que convergem entre ele e a origem da comunidade da Baixinha, trataremos então um pequeno relato sobre esse senhor e sua importância para a comunidade estudada.

No terceiro capítulo, intitulado “A professora Cláudia Romana dos Santos e o sonho do saber: uma iniciativa voluntária de escolarização na Comunidade da Baixinha”, temos como objetivo analisar a iniciativa da professora Cláudia Romana. A partir dos relatos orais dos voluntários dessa pesquisa, pretendemos investigar como aconteceu esse processo de educação voluntária e quais as implicações dessa ação para uma maior visibilidade da institucionalização da educação para aqueles companheiros e companheiras de jornada. Considerando como ponto importante o olhar da própria comunidade com relação à importância da escolarização para os seus filhos, tendo em vista que a mesma fora facultada para eles.

Analisaremos também as limitações dos espaços entre a casa e a escola, no que diz respeito à organização e adaptação para o funcionamento desse espaço visando o desenvolvimento das práticas cotidianas de ensino. Levantaremos questões relativas à gestão e organização do tempo da professora, como era a sua rotina escolar e o que ela ensinava aos seus alunos. Tendo em vista que a mesma desenvolvia uma escolarização formal, analisaremos se houve algum financiamento do município para a manutenção da educação escolarizada na referida comunidade.

¹ O termo negro nesta pesquisa está em consonância com a forma como ele é utilizado, enquanto categoria e termo político, ampliado pelas políticas públicas.

2. CAPÍTULO I: OS PERCALÇOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL

As pesquisas sobre educação do negro no Brasil se constituem em um campo de estudo relativamente novo para a historiografia da educação brasileira. Mas, apesar ou, inclusive, por causa disso, se trata de um campo em notável expansão que vem sendo construído através dos diversos estudos sobre a inserção dos negros nos processos de educação e escolarização do Brasil, principalmente, a partir da autonomia política brasileira.

Nesse sentido, consideramos enquanto ponto de partida a seguinte consideração do pesquisador Marcus Vinicius Fonseca (2009) de que:

Os processos de exclusão social revelados pelas estatísticas educacionais e a invisibilidade da população negra na historiografia devem ser tomados como elementos básicos para a construção desta reação que motiva a construção de uma história da educação dos negros. (*ibidem*, p. 52)

É na perspectiva da construção de uma história da educação dos negros que pretendemos contribuir com a historiografia da educação brasileira, apresentando uma possibilidade de aventar algo que não se encontra facilmente na documentação oficial, mas que necessita ser convenientemente pesquisado, no sentido de contribuir para o entendimento do real, concreto e cotidiano que atinge a população negra brasileira e aqui nessa nossa investigação, um segmento ainda mais excluído, a população de uma comunidade rural remanescente de quilombo.

A palavra educação tem origem latina no termo “*educare, educere*”, que significa “conduzir para fora”². Compreende-se assim que todo o espaço de formação, concebido pelos indivíduos por meio da interação com o outro, nas mais diversas formas de socialização, proporcionam a construção da aprendizagem. Por sua vez, a escolarização trata-se do reconhecimento de que para se viabilizar a educação e a veiculação de saberes, que socialmente são determinados como importantes para a sociedade em um dado momento histórico, faz-se necessária a constituição de um espaço físico e institucional para realização dessa tarefa: a escola. E nessa instituição, atribui-se a realização dessa tarefa a um indivíduo específico, o professor.

² EDUCAR. In: **Dicionário Etimológico**. Disponível em: <https://www.dicionariotimologico.com.br/educar/>. Acesso em: 9 jul. 2019.

Tendo em vista que a história é construída a partir das experiências individuais e coletivas sob determinadas condições e contextos, a escrita dessa história se configura em uma estratégia de poder, com vistas a construir uma verdade. O poder sobre a escrita da história influencia, quando não determina, os lugares sociais e identitários de um determinado grupo. Assim, considerando a necessidade de contribuir com as investigações dessa história da escolarização dos negros, objetivamos, no capítulo em questão, apresentar um brevíssimo panorama sobre o processo de inserção do negro na educação escolarizada.

Para essa finalidade, ao apresentar o referencial utilizado para circunscrever o presente trabalho de pesquisa no campo da história da educação, desejamos justificar a opção que fizemos por aquela produção que consideramos, mais adequadamente, oferecer indícios acerca do tortuoso processo da escolarização dos negros no Brasil. Assim, sob tal consideração, destacamos os seguintes autores e obras: Luciano Mendes de Faria Filho, “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil” (2000); Cynthia Greive Veiga, “Escola para negros e pobres no Brasil: uma invenção imperial” (2008); Adriana Maria Paulo da Silva, “A escola de Pretexto dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista” (2002) e “Reinventando um passado: diversidade étnica e social dos alunos das aulas públicas de primeiras letras na corte na primeira metade do século XIX” (2006); Marcus Vinicius Fonseca, “A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil” (2002) e “Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela história da educação” (2009); Geraldo da Silva e Márcia Araújo em “Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas” (2005); Surya Aaronovich Pombo de Barros, “Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX” (2005). Esses trabalhos foram norteadores para a escrita da pesquisa em questão pelo fato de se dedicarem aos estudos da história da educação e, especificamente nos textos citados, na inserção dos negros nas experiências educacionais e escolares.

Nesse sentido, utilizaremos como ponto de partida, o trabalho de Cynthia Greive Veiga (2008)³, intitulado “Escola para negros e pobres no Brasil: uma invenção Imperial”, pelo fato de a autora apontar nele um dos problemas mais comuns e recorrentes relacionados à dificuldade legal do acesso dos escravizados às aulas públicas nas diversas províncias do Império, a condição jurídica (livre ou escravo), algo que, durante muito tempo, produziu

³ VEIGA, C.G.. Escola para negros e pobres no Brasil: uma invenção Imperial. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 39, p. 502-516, set/dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

equívocos, tanto na historiografia geral quanto na historiografia da educação, sobre quem, efetivamente, tal proibição de natureza legal atingia. Entretanto, cabe aqui destacar que a esmagadora maioria dos negros brasileiros, mesmo aqueles que não estavam sujeitos à condição de propriedade de outrem, constituíam os segmentos mais excluídos de condições minimamente elementares de sobrevivência digna. Assim, a escolarização, apesar de possibilitada oficialmente, na prática se mostrava quase impossível tanto em termos de acesso, como, e principalmente, em termos de permanência.

Essa interpretação equivocada que propiciou a associação entre negro e escravo - como se a escravidão fosse inerente ao homem e à mulher negra e não uma construção social como estratégia de dominação e expansão de uma política de superioridade - provocou a interpretação de que a proibição aos escravos (pois esses não eram considerados cidadãos brasileiros) de frequentarem as escolas, pela Constituição de 1824, fosse entendida como uma proibição aos negros. Dentre outras razões, daí decorre a crença de que não existiu ou não é relevante uma história da educação do negro no Brasil.

Relativo a isso, aproveitamos a oportunidade para ressaltar as pesquisas realizadas por Marcus Vinicius Fonseca (2002) e Miguel Luiz da Conceição (2007) que discorreram sobre a situação dos ingênuos e das propostas de escolarização dos mesmos. Especificamente, Fonseca (2002), ao tratar da província de Minas Gerais, destaca que as práticas de escolarização dos negros antes da abolição da escravatura ocorreram, majoritariamente, de forma privada. Essas discussões sobre as práticas de escolarização refletiram em uma série de questões e acabaram por subsidiar “as reivindicações e ações educacionais mais próximas do que caracteriza educação moderna”⁴. Assim sendo, a “lei do ventre livre” concedeu extrema importância, na intensificação da pauta da educação para os ingênuos.

Dessa maneira, a escolarização só passou a se constituir enquanto um direito para os filhos dos escravos, após a “lei do ventre livre da mulher escrava”. Em suma, Fonseca (2002) demarca que “a libertação do ventre e a educação eram articuladas como dimensões fundamentais na preparação dos negros para a liberdade”⁵.

Assim, educar e escolarizar pretendia não apenas “cercar os menores de cuidados, mas infundir-lhes princípios morais e instruí-los em relação às primeiras letras”⁶ de maneira a possibilitar uma forma de inserção mediada e negociada que tinha na instrução moral um

⁴ FONSECA, 2002, p. 9.

⁵ *Ibidem*, p. 44.

⁶ *Ibidem*, p. 55.

aspecto de importância fundamental para a aceitação de uma educação tanto moral como para o trabalho, disponibilizada a essa “clientela”.

Nesse mesmo sentido, o professor Luciano Mendes Faria Filho (2000) considera que, naquele momento histórico, a instrução serviria como um mecanismo de Estado que indicaria os melhores caminhos a serem trilhados por “um povo livre e evitaria que estes desviassem do caminho”. A escolarização nesse viés serviria enquanto um meio de civilização e manutenção de uma estrutura social, “de formação de uma mão-de-obra ordeira, produtiva e conformada à subalternidade social” (CONCEIÇÃO, 2007, p.67).

Acompanhando essa mesma argumentação, apontam as pesquisas realizadas por Geraldo da Silva e Márcia Araújo (2005) e Surya Aronovich Pombo de Barros (2005) relativas à província de São Paulo que contribuem relevantemente para essa investigação, principalmente naquilo que se relaciona com a tibieza das discussões acerca da difusão de uma educação escolar para os egressos do cativo, essa enfocada enquanto um meio para “civilizar” os ex-escravos e adaptá-los à mudança do trabalho escravo para o trabalho livre.

Outros pesquisadores que contribuíram para essa nova consideração sobre a escolarização dos negros, sobretudo, ao considerar os não-brancos em suas variações cromáticas foram Jocélio Teles dos Santos (2005), José Carlos de Araújo Silva (2016), Ana Maria Paulo da Silva (2002), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2000).

Contudo, observamos que, mesmo com as possibilidades legais de acesso dos negros à escolarização formal, principalmente após a manumissão do trabalho escravo, as oportunidades de acesso às escolas e, sobretudo, de permanência dos negros nas escolas foram bastante cerceadas. Nesse sentido, destacamos o artigo intitulado “Movimento negro e educação”, de autoria de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2000), que analisa o processo excludente a que os negros foram submetidos em relação ao acesso e à permanência no sistema educacional brasileiro e aborda a atuação dos movimentos negros em defesa da escolarização. Pois, mesmo diante do acesso limitado das classes populares à educação escolarizada na Bahia, esses atores sociais acreditavam na importância da escolarização, tomando a iniciativa de criar classes escolares no intuito de instruir a si e a seus filhos.

Esse tipo de iniciativa particular, tomada pelos pais e responsáveis dos alunos para atender a uma demanda que não era adequadamente disponibilizada pelo Estado, necessariamente, nos remeteu ao já conhecido trabalho da professora Adriana Paulo da Silva (2002), intitulado “A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas

de escolarização no mundo escravista”, no qual nos foi apresentada uma iniciativa no município da corte onde os pais dos alunos matricularam seus filhos em uma escola de um professor também negro e que pretendia ensinar “com perfeição e sem coação”.

Assim, a iniciativa do Professor Pretextato de oferecer a escolarização a esses negros e pardos (com a ressalva destacada no parágrafo anterior) compreende a necessidade de proporcionar ensino formal àqueles que não se sentiam “presentes” naquele modelo de escolarização já existente, visto que aquela era uma iniciativa de uma escola para pretos que se sentiam excluídos do sistema educacional e das escolas convencionais. Dessa maneira, vinculamos a ação do professor Pretextado, instaurada em meados dos anos de 1850 com a da professora leiga professora Cláudia Romana dos Santos, precursora da escolarização formal na comunidade rural da Baixinha em Irará – Bahia, realizada entre os anos de 1949-1980, praticamente um século após a ação do professor Pretextado, que nos serviu de motivação, sob a interpretação de que ambas as atitudes, tão separadas no espaço e no tempo, apresentam iniciativas de escolarização e pretendem alcançar semelhante objetivo.

Assim, consideramos que, mesmo com mais de um século de diferença entre as iniciativas do professor Pretextado e da professora Cláudia Romana quanto à escolarização dos negros, ainda que tenha havido a expansão quantitativa das oportunidades de ensino formal, guardam semelhanças consideráveis. Exemplo disso é a preocupação dos pais dos alunos em facultar o acesso à educação sob condições que possibilitassem uma sensação de pertencimento e acolhida aos seus filhos. Além de que, no caso do professor carioca, ainda havia o agravante da recusa, de boa parte dos educadores da época, em aceitar estudantes não-brancos nas suas classes.

A iniciativa do professor Pretextato, nesse sentido, constitui a elaboração de um olhar sobre o outro sob a perspectiva de uma realidade que aponta um falso processo de inclusão ao facultar a possibilidade legal de os negros (não-cativos) ocuparem, teoricamente, as mesmas classes e dividirem o mesmo espaço escolar que alunos brancos. Entretanto, nota-se que a ação do professor Pretextado manifestava-se como um incômodo, seja na recusa dos demais professores em atender aquela “clientela”, como na repulsa dos próprios alunos insatisfeitos com essa inclusão.

Dessa maneira, ressaltamos a consideração realizada por Rosimeire Santos (2008) que avalia, sob nosso ponto de vista de maneira acertada, o caráter excludente que as iniciativas de universalização das oportunidades escolares possuem, visto que desconsideram as particularidades de segmentos da sociedade brasileira. Assim, elas culminaram por, contrariamente, acentuar as desigualdades. A autora postula:

Observa-se que as reformas educacionais dos séculos XIX e XX, embora sob signo aparente da universalização, democratização e gratuidade do ensino, não criaram condições reais aos negros recém-egressos do cativo de vencerem as dificuldades do passado e incluírem-se efetivamente no universo da escolarização. Muito pelo contrário, algumas delas por estarem baseadas em critérios econômicos, [...] agravaram mais ainda a exclusão sócio-educacional dessa população. (SANTOS, 2008, p. 5)

Corroborando com essa consideração, outro dado apresentado por Cynthia Greive Veiga de como, inevitavelmente, o acesso e a permanência dos não-brancos era algo que deveria ser considerado de maneira integrada às condições materiais a que esses estavam, em sua maioria, associados.

Nas correspondências, ofícios e mapas de frequência de alunos, além dos relatórios de delegados ou inspetores de ensino, a alusão à pobreza é uma constante, principalmente pelos seguintes motivos: justificar a impossibilidade de cobrar multa, a falta de frequência dos alunos e o baixo desempenho escolar. (VEIGA, 2008, p. 507)

Entretanto, apesar das dificuldades apresentadas acima, a busca pela educação formal e mesmo o interesse dos pais em proporcionar aos seus descendentes algo que não lhes foi possível foi por demais perseguidos pelos menos favorecidos. No caso baiano, tal consideração nos remeteu ao trabalho realizado pelo professor Thales de Azevedo, intitulado “As elites de cor: um estudo sobre a ascensão social”(1955), que considerava as possibilidades de educação formal, principalmente para os descendentes de escravos no território baiano, um propulsor para a ascensão social e econômica, superando as barreiras relacionadas à cor da pele, observação que já no próprio prefácio da edição de 1955 era considerada otimista pelo antropólogo norte-americano Charles Wagley:

O quadro que Thales de Azevedo pintou sobre as relações inter-raciais e sua análise do processo de mobilidade social da parte da população da Bahia denominada “de cor” é essencialmente otimista. Como Donald Pierson, ele chega à conclusão de que a sociedade bahiana é uma sociedade multi-racial de classes e não de castas; de que existem, relativamente falando, relações pacíficas entre os indivíduos descendentes de vários estoques raciais; de que não existem barreiras intransponíveis que impeçam a ascensão social de indivíduos por causa da sua cor; e, finalmente, de que as facilidades para a ascensão das pessoas de cor de uma classe para outra mais elevada estão aumentando. (WAGLEY *In*: AZEVEDO, 1955, p. 9)

Contudo, apesar do que consideramos uma observação crítica relevante, concordamos que, quando as condições materiais eram propícias, os não-brancos fizeram o possível para

enviar e manter, enfim, disponibilizar uma educação formal que pudesse proporcionar uma ascensão econômica e social para os seus filhos.

Muito conscientes de que a instrução lhes serve muito mais para encurtar a distância social para com a classe dirigente do que para um domínio mais perfeito da natureza; as pessoas de cor, mesmo as mais humildes e escuras, fazem os maiores esforços para mandar os seus filhos à escola elementar, indo aos maiores sacrifícios para mantê-los nos cursos secundários quando já estariam em idade de ajudá-las no trabalho. (AZEVEDO, 1955, p. 126)

Nas considerações de Thales de Azevedo, apresentadas em suas pesquisas realizadas em meados do século XX, são destacadas as preocupações das famílias em instruir os seus filhos, percebendo a importância da educação como uma forma de garantir uma aproximação com as classes mais abastadas da sociedade. Essa preocupação pode ser relacionada, de certa maneira, com a natureza da investigação que me propus a realizar nesse trabalho, considerando, inclusive, o período cronológico no qual a pesquisa do emérito professor foi realizada bem como o início da atividade docente, na comunidade da Baixinha, da professora Cláudia Romana dos Santos, possibilitando pensar a escolarização naquela comunidade do município de Iará enquanto um meio de equacionar as desigualdades sociais existentes.

O advento das transformações ocorridas nos anos finais do Império brasileiro, em 1889, marcadamente com o final tardio do trabalho escravo, abolido em 1888, proporcionou a mudança de alguns projetos que se converteram em balizas da política imigratória, racial e educacional do país. Projetos relacionados, sobretudo, à expansão dos centros urbanos e à industrialização, que criaram uma demanda por uma qualificação (ainda que elementar) para o exercício do trabalho livre e assalariado com vistas a atender às transformações pelo qual o país estava passando.

Diante desse contexto de mudanças, a educação foi impactada pela necessidade dessa qualificação, ao menos primária, dos trabalhadores brasileiros, sobretudo nos centros urbanos, fato que, de certa maneira, possibilitou uma maior oportunidade de escolarização para os negros e pobres. Assim, considerando as chances concretas proporcionadas, nesse período, para o acesso dos negros à escolarização, percebemos que o processo de industrialização, ainda que restrito às metrópoles, contribuiu para impulsionar a educação escolar entre os pretos e pardos que estiveram presentes nesse processo. Dessa forma:

As primeiras oportunidades concretas de educação escolar e ascensão da população negra surgem no Estado Republicano, quando o desenvolvimento

industrial do final do século XIX impulsiona o ensino popular e o ensino profissionalizante (SILVA E ARAÚJO, 2005, p. 72)

Uma pequena e relevante parcela da população negra esteve presente nos processos de escolarização no período republicano, e esses, que conseguiram obter êxito, foram de suma importância para que pretos e pardos pudessem se unir para juntos criarem os movimentos negros em busca da construção de um ideal de igualdade de direitos para esses, bem como a luta por educação para os negros.

Considerando as iniciativas de acesso dos negros à educação formal, Marcus Vinicius Fonseca (2009) avalia que essas buscaram enfrentar as dificuldades e atender a outras necessidades. E foi nesse contexto de dificuldades, que as comunidades negras encontraram, dentro das suas particularidades, formas de construir espaços de oferta escolar. Fato esse que demonstrou o protagonismo dos próprios negros frente à conquista do direito à educação escolar.

Com relação à educação nas comunidades negras, considerando o processo industrial alavancado desde o final do século XIX, nota-se ainda uma maior exclusão, em todos os aspectos, sendo bem mais explícita quando se observa a relação da educação nas comunidades rurais, tradicionalmente relegadas. A chegada da escola, uma instituição originalmente de natureza urbana, enfrentou uma série de percalços para se expandir pelas regiões de acesso mais limitado ou de menor apelo econômico.

Dessa maneira, a educação no meio rural, inicialmente, se caracterizou como uma atividade realizada a partir de ações voluntárias ou até filantrópicas, muitas das quais relacionadas com atividades religiosas e/ou comunitárias. E foi, nesse sentido, na observação da carência, ausência do Estado na oferta de algo urgente para a comunidade que, em virtude do casamento, se converteu em seu espaço de ação e intervenção, que caracterizamos a iniciativa da professora Cláudia Romana dos Santos.

Dessa forma, o que caracterizava as escolas em comunidades como a da Baixinha e iniciativas como a da professora Cláudia Romana dos Santos era, além da disposição e voluntarismo, a sua precariedade físico-espacial, corriqueiramente instalado em imóveis alugados ou, como na maioria das classes dessa natureza, funcionando na residência da professora, aquela que, por iniciativa pessoal ou comunitária, tomava a incumbência de ensinar, muitas vezes, o pouco que sabia para as crianças e adultos da localidade.

Posto isso, e considerando que a nossa investigação está relacionada com o processo de escolarização em uma comunidade rural, passaremos a nos deter em como se deu esse processo

da escolarização formal nas comunidades reconhecidas enquanto remanescentes de quilombo, levando em consideração que a localidade em que desenvolvemos esse estudo foi assim reconhecida a partir dos anos de 2010.

2.1 A comunidade da Baixinha e seu processo de reconhecimento enquanto remanescente de quilombo

Para Clovis Moura(1987), o termo “quilombo” (em referência à República de Palmares) é definido como uma organização da sociedade a partir de um viés político, que tem como base a luta contra um sistema de repressão e negação de um povo, sendo esse o povo negro.

Quilombos, sob esse ponto de vista, são lugares de defesa identitária e luta contra a dominação, considerando que essas formas de resistência se manifestam de maneiras diferentes em cada território e sob seus determinados contextos. É, nesse sentido, que as comunidades quilombolas vêm ampliando e (re)significando o termo quilombo.

Após a abolição da escravidão, o termo quilombo toma outro significado, a partir da formação de comunidades negras, tornando-se, agora, um espaço de morada e sobrevivência de famílias negras, egressas do cativeiro, bem como de preservação de seus valores culturais. Estas comunidades tinham diferentes origens, algumas eram originadas dos quilombos formados pelas fugas ainda no sistema escravista, outras no pós-abolição, a partir das diferentes formas de apropriação de terras pelos ex-cativos/as. (SOUZA, 2013. p. 26).

A (re)significação do termo quilombo permite a sua apropriação atrelada às comunidades negras, visto que, elas passam a considerar que a partir desse espaço ocorre a preservação e sobrevivência das famílias que fazem parte dessa coletividade. Assim sendo, a autoafirmação enquanto quilombolas está intimamente ligada à terra, pois, para os remanescentes, a terra está atrelada a uma memória ancestral.

Assim, o significado contemporâneo de quilombo está imbricado à formação de grupos sociais que possuem fortes laços de afetividade e de pertencimento a uma comunidade, laços que ultrapassam os de consanguinidade e de parentesco. Assim, uma comunidade quilombola é constituída por pessoas que dividem valores e costumes comuns e têm uma identidade baseada nas experiências compartilhadas de discriminação.

Visando o reconhecimento de séculos de escravização e exclusão, os descendentes de negros escravizados, gradativamente, tem manifestado cada vez maior interesse na luta pela efetiva igualdade de direitos historicamente negados, que passaram a serem considerados “bandeiras de luta” para o combate ao descaso e à discriminação.

As lutas dos movimentos negros obtiveram ganhos quando suas pautas reivindicatórias foram incorporadas na Constituição de 1988. Essa que, no Art. 68, do Ato das Disposições Transitórias, afirma que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os títulos respectivos”⁷.

A relação com a terra para os remanescentes de quilombo está diretamente ligada à ancestralidade. A garantia legal do direito ao território para esses povos significa a preservação da identidade étnica e cultural dessa comunidade que busca uma vida digna com a posse dessas terras. Assim, nas Diretrizes Gerais da Educação Básica afirma-se que:

A história dos quilombos não se limita à resistência à escravidão. Ela está imersa nos processos de resistência ao padrão de poder, apropriação, expropriação da terra, imposto aos africanos escravizados e os seus descendentes. Os povos quilombolas têm consciência dessa relação persistente entre sua história e as lutas pela manutenção de seus territórios. Nessa tensa relação, têm construído e afirmado a sua consciência do direito à terra e ao território e, nesse sentido, aproximam-se das lutas dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2013, p. 438).

A importância dessa organização (quilombo), por muito tempo, foi silenciada pela conotação de marginalidade que a mesma assumia frente às demais organizações da sociedade brasileira. Não é possível ignorar a história de resistência e de lutas, mas também o silenciamento institucionalizado pelo Estado brasileiro e vivido até hoje pelas comunidades quilombolas. Dessa forma:

Deverão considerar vários aspectos da realidade do povo quilombola. Tais como: o que se entende por quilombo, quilombo como território, as lutas da comunidade quilombola, a relação entre quilombos e trabalho, cultura e ancestralidade africana, os avanços e limites do direito dos quilombolas na legislação brasileira e a educação escolar quilombola. (BRASIL, 2011, p. 9).

Essa argumentação explicita o papel do território como um referencial para compreender o diálogo entre as comunidades tradicionais e as que estão imersas em dinâmicas contemporâneas da vivência social. Tendo em vista que aspectos identitários ligados à terra são instrumentos de luta pela garantia de direitos em uma sociedade marcada pela concepção de território como instrumento de poder e visibilidade social.

⁷ BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

No bojo da construção dos direitos negados a essas comunidades, torna-se visível que a educação é um campo que tem sido pouco explorado. Quando buscamos referências acerca da educação nas comunidades reconhecidas como quilombolas notamos que a maioria dessas pesquisas são de cunho etnográfico, cujas fontes são os próprios sujeitos pesquisados.

Considerando as necessidades existentes nas comunidades remanescentes de quilombo, a garantia legal de todos os direitos básicos, dentre eles a educação, podemos afirmar que - sendo a história da educação dos negros um campo privilegiado para a realização de investigações que pretendam reduzir o déficit ainda presente na historiografia brasileira - os registros sobre essa educação em comunidades negras rurais e quilombolas ainda carecem ser escritos. O que temos são indicadores de que muito se avançou através das políticas públicas desenvolvidas nas comunidades, a partir dos anos de 1994, e que vem sofrendo um desmonte diante do atual governo.

Portanto, faz-se necessário ponderar a importância da garantia do direito constitucional para esses povos, que se constituem enquanto sujeitos de direitos e como um grupo social que precisa ser pensado a partir das suas peculiaridades. É na perspectiva de abordar as estratégias criadas pelas comunidades remanescentes de quilombo para garantir a escolarização, que discutiremos os seguintes pontos: como essas comunidades se organizavam entre os pares para garantir a sua inserção nesse processo? Buscaremos um suporte nos trabalhos que dispomos sobre as comunidades quilombolas, em especial, voltaremos nossa atenção às pesquisas de autores que se predispuseram a historicizar os quilombos e as comunidades rurais para compreender essa dinâmica.

Conforme acima considerado, devido ao pequeno volume de pesquisas acerca da escolarização formal nas comunidades remanescentes de quilombo, nos deteremos, inicialmente, nas pesquisas da professora Sandra Nívia Soares Oliveira (2006), que apresenta o quilombo e suas estratégias para a escolarização.

Em sua dissertação de mestrado intitulada “De Mangazeiros a quilombola: terra, educação e identidade em Mangal e Barro Vermelho” (2006), a autora, no terceiro capítulo, analisa as estratégias criadas pelos remanescentes de quilombo do Mangal, para estarem presentes nos processos de escolarização e a importância dessa para aquela comunidade.

Sendo perceptível que os moradores de Mangal e Barro Vermelho valorizavam o acesso à escola, como aponta Oliveira (2006), de acordo com os relatos das pessoas dessas comunidades, vejamos as ponderações que a autora faz a partir da fala da moradora mais antiga:

A julgar pelos relatos, a escolarização sempre foi um fator importante para Mangal e Barro Vermelho. Dona Clara, 81, a moradora mais antiga do Quilombo, demonstrou em sua fala uma certa frustração por não ter aprendido a ler e escrever e atribuiu a falta de conhecimento do passado da Comunidade à ausência desse saber entre os mais velhos. (OLIVEIRA, 2006, p. 118)

O relato da moradora mais antiga do Quilombo do Mangal e Barro Vermelho demonstra frustração por não ter aprendido a ler e a escrever, assim como, identifica a raiz desse problema em seus antepassados por também não terem acessado esse conhecimento. Ainda sobre a moradora mais antiga da comunidade, Oliveira (2006, p. 118) afirma que “Dona Clara é uma mulher negra, analfabeta, filha de pais analfabetos, descendente de escravos, nascida a apenas 24 anos da abolição da escravatura”. Passado esse período, percebe-se que a escravidão foi abolida oficialmente, mas que a garantia de direitos básicos como escolarização encontrava-se distante das comunidades negras e, nesse caso, de Dona Clara do Quilombo do Mangal.

A luta pela escolarização nas comunidades negras e remanescentes de quilombo está imbricada em uma busca por reconhecimento, valorização e ascensão social daqueles sujeitos que sofreram um processo de marginalização histórica. Se nas comunidades rurais, a expansão quantitativa da escola e sua democratização não ocorreu na mesma dinâmica que nos centros urbanos, podemos estabelecer uma diferença ainda maior em relação às comunidades que, além de rurais, foram colocadas à margem do processo de inclusão e de civilização dos costumes ocidentais.

Posto isso, a materialização da entidade escolar para essas comunidades, mesmo em meados do século XX, se configurou sob uma modalidade que foi cristalizada no país, principalmente durante os períodos colonial e imperial: a constituição da casa-escola e dos mestres e mestras-escola, que foram fundamentais para a instrução nos rudimentos de leitura, escrita e aritmética.

Eram escolas cujos professores eram reconhecidos ou nomeados pelos órgãos de governos responsáveis pela instrução e funcionavam em espaços improvisados, geralmente na casa dos professores, os quais, algumas vezes recebiam uma pequena ajuda para o pagamento do aluguel. “Os alunos ou alunas dirigiam-se para a casa do mestre ou da mestra e lá permaneciam por algumas horas”. (FARIA FILHO, 2000, p. 144)

Embora a atuação dos mestres-escolas, nas comunidades quilombolas, se manifestasse tardiamente, ela se constitui em uma perspectiva de escolarização existente nas comunidades negras e remanescentes, além das experiências individuais das próprias pessoas que possuíam o mínimo de escolarização e ousavam cumprir a função na qual o poder público se ausentava.

A escolarização, nas comunidades quilombolas e negras rurais, surgiu a partir das mobilizações dos próprios negros dentro de suas comunidades. Visto que, para eles, a escolarização se constituía em algo de extrema importância e o único caminho para que almejassem conseguir ascensão social, considerando esse desejo se manifestar, sobretudo, entre os pais analfabetos que desejavam colocar os seus filhos para aprender a ler e a escrever.

Portanto, é de extrema importância investigar a escolarização nas comunidades negras e remanescentes de quilombo com intuito de construir uma história da população negra que não se encontra presentes nos livros e documentos oficiais, mas que a própria história e ascensão de alguns negros apontam caminhos para trilhar no encaixe desta questão.

Especificamente tratando do município onde a comunidade Baixinha está localizada, Irará, encontra-se a 137 quilômetros da capital do estado e, em contrapartida, distante apenas 49 quilômetros da segunda maior aglomeração urbana do Estado da Bahia, Feira de Santana. Ao consultar os estudos de Jucelia Bispo dos Santos (2010), uma estudiosa sobre as comunidades quilombolas do município de Irará, encontramos a seguinte informação sobre o dispositivo legal vigente:

O tema dos remanescentes de quilombos promoveu a criação de novos sujeitos políticos depois da origem do Decreto 4.887/03 e 20 de novembro de 2003, em todo estado da Bahia, assim como na região investigada. Essa legislação prevê o reconhecimento de quilombos através da auto-declaração coletiva do grupo. (BRASIL, 2004, p.1)

A lei citada acima regulamentou o processo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas secularmente por remanescentes das comunidades quilombolas, tendo em vista a promoção da garantia constitucional do direito para essas comunidades através da autodeclaração coletiva.

A ocupação de territórios pelos escravizados é um dos marcos identitários da ancestralidade negra no Brasil – costumes e valores que descendentes desses sujeitos resguardam em suas vivências. São homens, mulheres, crianças, idosos, mas acima de tudo, são remanescentes⁸ da resistência a um Estado opressor, pois se tratam de:

⁸A qualificação do termo *remanescente* aqui faz referência à resistência, pois demarcamos a existência quilombola como ato de resistir para existir. Com isso, não é suprimida sua categoria jurídica proposta pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Para mais informações, ler: CHAGAS, Maria de Fátima. *A política do reconhecimento do/as "remanescentes das comunidades dos quilombos."* In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.

“Grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica”. (BRASIL⁹, 2012).

No estudo sobre “O acesso à educação infantil no território Portal do Sertão”, realizado pelas pesquisadoras Izabel Dantas de Menezes e Sandra Nívia Soares de Oliveira (2017), encontra-se a relação das comunidades remanescentes de quilombos certificados pela Fundação Palmares na Bahia, que naquele momento eram quantificadas em 718. Nos anos de 2010, temos 821 comunidades remanescentes de quilombos espalhadas por todo estado, sendo 668 destas certificadas¹⁰.

Especificamente quanto ao município de Irará, no momento são certificadas as seguintes comunidades: Massaranduba, Olaria e Pedra Branca, Tapera Melão e Baixinha, reconhecidas pela Fundação Palmares em 2010 e sobre a qual teremos um olhar mais que especial, a comunidade da Baixinha.

A possibilidade da educação formal para os grupos que, historicamente, foram negligenciados é o resultado de um conjunto de lutas encampadas pelos diversos atores sociais que clamavam e conclamam ações afirmativas do Estado frente às suas especificidades. Compreendemos assim, a educação, não como um processo de assistencialismo estatal, mas como um direito social que urge ser garantido a todos, independentemente do fato de serem considerados ou não “minorias”.

Os posicionamentos dos sujeitos sociais quilombolas não visam à utilização dos direitos como defesa do corpo físico, enquanto constituição de matéria, mas, sobretudo, como defesa da afirmação dessa matéria em costumes, crenças e histórias que têm uma íntima ligação com a terra. Os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça (TELLES, 1999).

O diálogo sobre uma educação enquanto direito, concebe o Estado enquanto representação política, em uma sociedade democrática. A organização dos movimentos sociais fomenta, em diversos sujeitos, a autonomia da fala, da interpretação política, bem como, impulsiona o questionamento da realidade sociopolítica que os envolve. Assim, a educação para

⁹ Ministério da educação conselho nacional de educação básica. Resolução n.8, de 20 de novembro de 2012. Define as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, 2012. Disponível em: http://etnicracial.mec.gov.br/imagens/pdf/resolucao_8_2011_12.Pdf>. Acesso em: Janeiro 2017.

¹⁰ Dados da Fundação Cultural Palmares, Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-20-07-2020.pdf> Acesso em 09/08/2020. Acesso: 20 fev. 2020.

essas comunidades é concebida como um instrumento de luta no enfrentamento das realidades impostas.

A educação como direito social é conclamada por “sujeitos falantes” que buscam ter vozes e direitos numa sociedade que respalda suas bases na propriedade da terra. Assim, o reconhecimento das implicações sociais e políticas que a posse da terra abriga é um fator primordial para compreender o perfil da luta dos quilombolas.

É sob a consideração da luta das comunidades rurais que se filia o presente trabalho de pesquisa, no sentido de abordar a ação precursora da professora leiga Cláudia Romana dos Santos, enquanto a primeira docente daquela comunidade e a responsável pelo processo de educação escolarizada realizado no período entre os anos de 1949 e 1980.

Essa delimitação cronológica foi determinada, não sem percalços, a partir das informações coletadas sobre o início do exercício do magistério na comunidade pela professora em questão e o momento em que não nos foi mais possível encontrar informações tanto documentais quanto orais sobre a mesma. Além disso, a definição do recorte temporal para a pesquisa (1949-1980) engloba um período de grandes mudanças socioeconômicas, políticas e culturais que impactaram a educação pública e privada no Brasil, em especial nas ações voltadas à população rural e à sua escolarização. Foi a partir de 1950 que:

Algumas iniciativas educacionais voltadas para as comunidades rurais são colocadas em prática, entre elas a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), atuando em quase todo o território nacional na formação de líderes em missões rurais, semanas educativas e campanhas educacionais (RIOS, 2016, p. 329).

Nesse contexto, segundo Almeida (2011, p.61), demarca-se “um cenário educacional brasileiro em que há diferentes sujeitos educacionais inseridos em realidades igualmente distintas” apresentando, por um lado, um Brasil que se urbaniza e se industrializa e no qual, a escolarização faz parte desse processo. Por outro lado, estão as comunidades rurais com seus sujeitos, seus tempos e modos de viver, os quais se diferem da vida na cidade, mas que também passam a buscar o acesso ao conhecimento escolarizado.

No período em que a nossa pesquisa foi realizada, obrigatoriamente, fomos direcionados à retomada da atividade realizada pelos mestres-escolas. Uma vez que, desde o período colonial, essa foi uma tônica do trabalho docente. Assim, se constituíram as várias modalidades de escolas de primeiras letras. Sendo essas, muitas vezes, escolas particulares de alguns mestres e mestras ou iniciativas das próprias pessoas das comunidades em ofertar a escolarização.

Em suma, a escolarização das camadas populares ocorria de maneira caótica do ponto de vista dos lugares de funcionamento, bem como, por conta da falta de profissionais qualificados. A escassez de recursos dos municípios para garantir a escolarização nas comunidades rurais deixava essa como responsabilidade dos próprios sujeitos que se organizavam para disponibilizá-la.

Vimos, até aqui, a importância das iniciativas individuais de pessoas que foram de fundamental importância para a construção do acesso à educação formal onde o Estado não estava presente. Nesse aspecto, a educação formal e escolarizada que, timidamente, se estabeleceu nessas comunidades é o que caracteriza esse nosso objeto de estudo. No caso, ele se debruça, mais especificamente, a investigar como foi instaurada a primeira escola na comunidade da Baixinha, a partir da atuação pioneira da professora Cláudia Romana.

Para Moacir Gadotti (2005, p. 2), “A educação formal possui finalidades e elementos visivelmente definidos e tem como um local específico para acontecer, o espaço escolar”. Ela é organizada através de uma administração geralmente centralizada sob uma estrutura hierárquica, burocrática, que opera em nível nacional. Sendo esses órgãos representativos da educação, a exemplo do ministério da educação e das secretarias estaduais e municipais.

Assim, na perspectiva de Gadotti (2016), a educação formal é algo institucionalizado, tendo em vista “o ensino dos conteúdos previamente esquematizados”. Sobre essa educação, espera-se que alcance os objetivos institucionais delineados pelos órgãos superiores para a formação do indivíduo.

O recorte temporal proposto para a investigação abrange o período entre 1949 e 1980, sendo um período marcado pela expansão do sistema escolar, apesar da qualificação mínima para o exercício do magistério ainda ser algo que não alcança muitas unidades escolares, sobretudo às localizadas nas comunidades mais remotas e rurais. O final dos anos 1940 e os anos 1950 são considerados importantes na “difusão das escolas primárias rurais e de promoção das Escolas Normais Rurais” (ALMEIDA, 2005, p. 289).

Os professores que possuía formação preferiam permanecer nas regiões urbanas para o desenvolvimento das suas práticas educativas e poucos se disponibilizavam para exercerem o seu magistério nas zonas rurais. Esses espaços eram ocupados em sua maioria por professores leigos, daí se entende a presença em massa dos professores leigos em tais localidades.

Considerando o caráter pioneiro da professora Cláudia Romana dos Santos na comunidade da Baixinha, decidimos realizar uma breve incursão sobre um fenômeno que, até há pouco tempo, era uma realidade muito comum no funcionamento das escolas nas comunidades rurais, o exercício da atividade docente por leigos, e que, muitas vezes, por se

tratar de uma iniciativa voluntária, não produziu um volume significativo de documentos escritos acerca de sua realização.

Essa presença do mestre-escola e a dinâmica por ele experimentada nesse processo de mudanças não puderam ser acompanhadas em documentos oficiais, devido ao ocultamento desse agente, enquanto ator do processo educacional. Esse ocultamento é na verdade reflexo de “concepções conservadoras a respeito das desigualdades sociais” (MARTINS, 1992, p.14)

A inexistência de documentos oficiais que abordem aspectos sobre as práticas e o cotidiano escolar de muitos professores leigos, nas comunidades rurais, demonstra o descaso dos poderes públicos com o tipo e a qualidade da escolarização que era destinada para esse segmento da sociedade, tradicionalmente, considerado como de menor necessidade por serviços escolares com qualidade. Ao mestre-escola ficava acordada a função de ensinar a ler, escrever e contar. Pois esses eram saberes considerados necessários para a vida cotidiana.

A democratização do ensino foi de extrema importância para uma maior atuação dos professores leigos, cuja atividade vem se configurando em um campo de pesquisa sobre as comunidades rurais e os seus processos de escolarização. Vale ressaltar aqui a carência de pesquisas sobre professoras leigas com o recorte voltado para o período que essa pesquisa visa se desenvolver.

A partir dessa observação, atribuímos relevância à tese de doutorado da professora Rita de Cássia Oliveira Carneiro (2018), intitulada: “Quando a casa é a escola: trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia (1950-1980)”, que realizou uma análise sobre algumas trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia, objetivando estudar suas histórias de vida sob uma perspectiva autobiográfica.

A escolha dessa tese de Carneiro (2018), que trata de uma delimitação cronológica idêntica à da nossa dissertação de mestrado, deve-se ao fato de que a mesma está intimamente ligada à discussão que estamos desenvolvendo, se constituindo em uma das principais referências para abordar trajetórias de professoras leigas.

A urgência de profissionais da educação disponíveis para o ensino no campo ampliou-se devido à necessidade de expansão do ensino. Na década de 1950, algumas iniciativas educacionais voltadas para as comunidades rurais foram colocadas em prática, dentre elas, a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), operando por quase todo o território nacional na formação de líderes em missões rurais, semanas educativas e campanhas educacionais. Em relação à formação dos professores rurais, o CNER ofereceu, em 1952, cursos regionais de treinamento de professores rurais, para o aperfeiçoamento do trabalho docente,

específicos a docentes leigos, propondo não apenas à formação pedagógicas, mas também de transformação em verdadeiras lideranças nas comunidades (CARNEIRO, 2018).

No sentido da chegada da escola na zona Rural, Carneiro (2018) afirma que, em muitas comunidades, a chegada da educação escolar se deu devido às relações entre as pessoas influentes das comunidades que, diante das suas relações com as prefeituras, buscavam levar a escola para esses sujeitos. Na maioria das vezes, ela ocorria não com a criação física da escola como um espaço construído para tal finalidade, mas com a adequação de um espaço alugado para o desenvolvimento das práticas escolares. Compreendendo a importância dessa sinalização feita por Carneiro (2018), inferimos que a escolarização na comunidade da Baixinha deu-se por uma iniciativa voluntária, até então, não tendo interferências do poder municipal, especialmente no período inicial de sua criação.

A expansão do ensino estava atrelada a outra questão emergente que era a necessidade de profissionais formados para o exercício do magistério. No entanto, a formação para esses profissionais ainda consistia em um problema para o Estado, pois estudos apontam que, nas zonas rurais, existia um grande número de professores sem formação exercendo o magistério.

Além de marcado geograficamente, o lugar do leigo também é definido na espacialidade, ou seja, a zona rural, embora em menor número esse professor também se encontrava na periferia urbana, e na região nordeste o número de professores leigos rurais era três vezes maior, resultado do alcance das políticas públicas de expansão da escola primária nas zonas rurais nordestinas e das dificuldades de se manter uma escola com professores habilitados em fazendas e povoados. (CARNEIRO, 2018, p. 41-42)

Diante dessa discussão, precisamos denominar o que consideramos por “professor leigo”. Em nossa concepção, assim denominamos os docentes que não possuem formação específica para o exercício do magistério. Dessa maneira, relativo ao objeto da nossa pesquisa, a mestra-escola Cláudia Romana dos Santos está incluída nessa categorização.

Nesse sentido, a professora leiga Cláudia Romana desenvolveu os processos de escolarização, de forma gratuita, em sua casa, no período compreendido entre as décadas de 1950 até 1980, desempenhando, em seu cotidiano, o acúmulo das tarefas de zeladora, merendeira e professora, atendendo a todos os alunos da comunidade da Baixinha em relação à educação escolar.

Cabe ressaltar que a professora Cláudia não era natural do município de Iará, e sim do município de Pedrão, onde ela viveu por anos, casou e constituiu família. No ano de 1949, a senhora Cláudia viu-se em uma situação delicada diante das difíceis condições de sobrevivência

em sua cidade natal, onde se mantinha pela atividade de ensino que realizava nas fazendas da região, além das atividades de agricultura familiar que entrara em inevitável crise devido ao esgotamento da capacidade produtiva da terra que explorava. Sendo assim, decidiu se mudar para a cidade de Irará, onde tinha, por herança familiar, algumas tarefas de terra.

Essa condição da professora Cláudia Romana, originalmente, não ser natural da comunidade da Baixinha remeteu-nos à semelhança com o ocorrido na comunidade do Mangal, estudada pela professora Sandra Nívia Soares de Oliveira (2006). Assim como na comunidade quilombola da Baixinha, a comunidade do Mangal teve sua escolarização formal marcada pela chegada da professora Cremilda. A partir de então, a comunidade passava a vivenciar os rituais da escola formal com uma escolarização institucionalizada.

O modelo casa-escola, como o que foi adotado pela professora Cláudia Romana na comunidade da Baixinha no Município de Irará- Ba, foi semelhante ao de diversos espaços rurais que tiveram essa finalidade, em todo o território brasileiro. A respeito dessa questão, Rita de Cássia Oliveira Carneiro afirma que “a escola rural, aquela que existia nas fazendas e pequenas povoações, funcionava em geral numa casa, fosse da professora, fosse de alguém que a alugasse” (CARNEIRO, 2018, p. 91).

Dessa maneira, tendo apresentado o objeto e o objetivo da presente dissertação, cabe a nós determinar qual percurso metodológico foi a “trilha” por onde seguimos na intenção de alcançar o nosso propósito. Essa pesquisa possui natureza etnográfica, pois se pretende com ela descrever os procedimentos cotidianos realizados na escola primária da comunidade da Baixinha, através do trabalho da professora leiga Cláudia Romana dos Santos, tendo como fontes principais a contribuição inestimável de um volume de colaboradores compostos por sujeitos que mantiveram algum grau de proximidade com a professora em questão, a exemplo de: ex-alunos, vizinhos, familiares, bem como, funcionários e ex-funcionários da rede municipal de saúde e de educação que mantiveram contato com ela.

A importância de tais colaboradores reside na possibilidade de cotejar informações acerca das práticas cotidianas, dos rituais, da disposição física, espacial e material daquela casa-escola e da sua professora. Além do fato de também poder possibilitar um conhecimento mais abrangente sobre as outras atividades realizadas pela professora Cláudia Romana dos Santos na comunidade da Baixinha.

No caso específico desse estudo, não podemos perder de vista a importância da memória e da oralidade na construção desse trabalho. Pois, segundo Santana (1998, p. 118), “a memória é saber histórico, pois pela voz do narrador o passado é restaurado no presente”.

Nós nos constituímos enquanto sujeitos no contexto social em que vivemos com outros sujeitos. Desse modo, nossas lembranças estão impregnadas das lembranças de outros sujeitos, assim como afirmado por Maurice Halbwachs (1990, p.30): “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”.

É na perspectiva da reconstituição das memórias que recorremos aos moradores da comunidade na busca por evocar as lembranças relativas ao período vivido. O que temos desse período são as memórias, que se atualizam por meio dos objetos guardados, pelos grupos que reencontram e evocam nossas memórias, essa que é, ao mesmo tempo, individual e social, visto que nossas lembranças são nossas com os outros. Ainda segundo Halbwachs (1990), construímos a memória nas relações que estabelecemos com todos aqueles com os quais convivemos, sejam mais próximos ou mais distantes de nós, ou seja, essa memória é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Nós nos constituímos enquanto sujeitos no contexto social em que vivemos com outros sujeitos.

A evocação dessa memória dos colaboradores da pesquisa só foi possível através da memória construída de forma coletiva, que possibilitou que eu conhecesse um pouco sobre a história da comunidade e chegasse até os primeiros relatos sobre o processo de escolarização. Isso porque não foram os alunos que partiram do processo de escolarização que me informaram sobre, mas foram pessoas que, por ora, tinham conhecimento sobre esse processo através de uma memória coletiva.

Nas comunidades tradicionais temos os “guardiões das memórias”, que são as pessoas mais idosas das comunidades tradicionais e carregam consigo uma memória, muitas das vezes, sendo perpassada de geração após geração, o que chamamos de memórias coletivas. Como bem salienta Ecléa Bosi:

Nas lembranças de velhos aparecem e nos surpreendem pela sua riqueza. O velho de um lado busca a confirmação do que se passou com os conterrâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa e confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que, quando as perdemos, nos fazem sentir diminuir e morrer. (BOSI, 1999, p. 83)

Também é importante lembrar que, nessa pesquisa, trabalhamos com memórias de mulheres e homens idosos, e que, através deles/delas, podemos acessar “um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos” (BOSI, 1999, p. 82). Desse modo,

para analisarmos essas narrativas, necessitamos compreendê-las como possibilidades para acessar formas e modos de ser e de fazer desses sujeitos no passado.

Pesquisar sobre comunidades tradicionais e, principalmente, sobre a história da educação nessas comunidades, presume um trabalho de resgate da memória, muitas vezes, construída coletivamente como bem salienta o autor Maurice Halbwachs (1990). Como também, demarca que as memórias são construídas, uma vez que “a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva”, ou seja, toda memória está entrelaçada a uma memória coletiva associada ao vivido. Muitas vezes, recordamos de um acontecimento que talvez não estivéssemos presenciado, mas o grupo no qual estamos inseridos compartilhou conosco essas experiências, fazendo com que nos apropriássemos a ponto de recordar do ocorrido com uma riqueza de detalhes.

A nossa memória está atrelada ao conjunto de memórias do outro. Nesse trabalho, recorreremos às lembranças coletivas de momentos vividos por diversos sujeitos. Visto que, para Halbwachs (1990), “um homem, para evocar as memórias o seu passado, tem, frequentemente, necessidade de fazer um apelo às lembranças dos outros” (HALBWCHS, 1990, p. 54).

Assim, a memória coletiva das experiências dos alunos, das pessoas que conviveram como a professora Cláudia Romana dos Santos, colabora por não possuírem uma estrutura específica para o desenvolvimento do trabalho docente a ponderarmos suas experiências, bem como, compreender como aconteceu a escolarização na comunidade da Baixinha, como foi organizada, desenvolvida e, sobretudo, protagonizada pela docente.

Além dos nossos colaboradores que, em virtude das várias relações mantidas com a docente em questão, nos possibilitaram um vasto volume de informações sobre a professora e a sua escola, também utilizamos dados oriundos de documentos oficiais, principalmente os relativos ao período em que a professora Cláudia Romana exerceu seu magistério sob a condição de professora contratada do município de Iará, no mesmo imóvel que anteriormente atuava voluntariamente.

3. CAPITULO II: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DA BAIXINHA

3.1 O Município de Iará: da Vila da Purificação a criação do Município.

O processo de colonização na região onde atualmente está localizado o município de Iará foi iniciado na segunda metade do século XVII, com as entradas¹¹ de Antônio Guedes de Brito, mestre da casa da ponte. Antes da colonização do sertão, a região de Iará já era habitada pelos “paiaia”, pertencentes ao grupo dos “kiriri” da nação “tapuia”. Segundo Santos (2010)¹², as primeiras ações dos colonos manifestaram o desejo imediato de aprisionar os nativos, para poder, de acordo com os seus interesses, explorar a região.

A chegada dos jesuítas e seu trabalho de catequese dos nativos estavam diretamente vinculados a um projeto bem maior de ocidentalização do mundo através da evangelização das populações não-europeias. Sobre esse aspecto, Santos (2010) afirma que os jesuítas construíram um colégio na localidade de Água Fria, que simbolizou um dos marcos da passagem dos colonos na região.

Dessa maneira, a exploração colonial e a chegada dos jesuítas possibilitaram o aldeamento das populações nativas e o surgimento das vilas, ou seja, o que resultou do aldeamento das sesmarias de Água Fria acabou por gerar, dentre essas, a vila da Purificação, atual município de Iará.

Um dos aspectos que permite demarcar, de maneira significativa, a ocupação do território pelos colonos trata-se da edificação de templos religiosos católicos, que caracterizam, de forma simbólica, o projeto salvacionista de civilização do europeu em relação ao gentio.

Assim, em 1726, foi construída a Capela de Nossa Senhora da Conceição, situada na atual vila de Bento Simões. A capela pertencia a um “português de nascimento, originário de São Cosme do Vale”. Templo religioso, que, de acordo com as práticas do período, serviu como local de sepultamento para vários membros das famílias proeminentes da localidade, como os “Martins” e os “Pinto”, além de um dos padres que lá exerceu seu sacerdócio, o Padre José (falecido em 1763).

¹¹ Expedições patrocinadas pelo Estado, na época da colonização, que tinham por intuito mapear o território, bem como, permitir a interiorização do processo de colonização, expandindo-o para além da região litorânea.

¹² SANTOS. Jucélia Bispo dos. Etnoarqueologia do aldeamento de Purificação, em Iará (BA). **Revista História da Arte e Arqueologia**, Campinas, n. 13, p. (17-33), jan.-jul. 2010. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2013%20-%20artigo%202.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

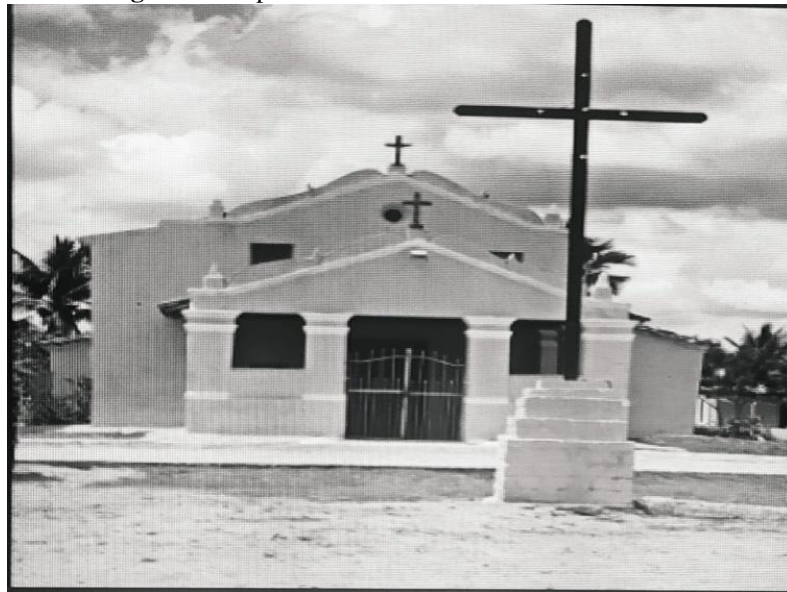
Figura 1 - Igreja da Conceição



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em 1756, foi construída a capela de Nossa Senhora do Livramento, situada na atual comunidade da Caroba. Conforme Santos (2010, p. 10), “o templo exhibe a capela, o retábulo, o altar-mor e o arco central decorados com talhas douradas. Um belíssimo nicho no centro do altar guarda a imagem de Nossa Senhora do Livramento”.

Figura 2 - Capela Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Já a Capela de Nossa Senhora da Purificação dos Campos estava localizada onde hoje temos a Praça da Purificação, no centro de Irará. Ela foi demolida na década de 1930, durante a gestão de Elísio Santana.

Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora da Purificação



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

A partir do povoamento de Purificação, atual Irará, ocorreu um significativo afluxo de indígenas e africanos para serem utilizados pelos colonos como mão-de-obra compulsória para a execução de trabalhos voltados para a agricultura e a pecuária. Desse modo, os estudos de Jucélia Santos apontam que “existia também a presença de profissionais leigos que representavam a Coroa Portuguesa nos aldeamentos. Com o passar dos anos, as ordens religiosas passaram a arrendar suas terras. Os jesuítas possuíam centenas de foreiros” (SANTOS, 2010, p. 18).

Porém, entre o século XVIII e o século XIX, esses espaços desempenharam outras funções. Conforme descrito abaixo:

Muitos negros e mestiços livres passaram a utilizar e ocupar as antigas terras que pertenciam aos indígenas. Vários deles passavam a viver sob o comando das regras dos missionários católicos e, em troca, recebiam terras para trabalhar. Esses sujeitos não indígenas utilizavam as instalações dos aldeamentos visando a uma sobrevivência mais tranquila que a do cativo nas fazendas. Assim, aproveitavam o máximo que os aldeamentos podiam oferecer: terras, abrigo, ferramentas, armas, alimentos etc. Com isso, o índice populacional aumentava nas regiões aldeadas. (SANTOS, 2010, p. 28)

A partir do final do século XVIII, a região passou a receber um maior contingente de escravos negros que foram abrigadas nos povoados e contribuíram para o desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

Já durante o Império brasileiro, em 27 de maio de 1842, através da lei provincial 173, foi criada a Vila da Purificação dos Campos. Em agosto de 1895, já sob os auspícios do regime republicano, a vila foi “convertida” à condição de cidade, sendo nomeada Irará, pela Lei Estadual nº 100. Esse novo município brasileiro tem como limites: Santanópolis (oeste), Água Fria (norte), e Ouriçangas (nordeste), Coração de Maria (sul) e Pedrão (sudeste).

Figura 4 - Mapa de Irará e região



Fonte: Centro de Estatística e informações – CEI/BA¹³

O mapa aponta os municípios que fazem fronteira com Irará, expondo as demarcações nas relações geográficas e espaciais com os municípios circunvizinhos. Com a expansão urbana e ascensão do capitalismo, as cidades foram se expandindo e surgindo as comunidades rurais exigindo uma organização política e de infraestrutura das cidades para se adaptar aos novos moldes e exigências do processo de expansão.

Diante desse processo de urbanização, surgiu a necessidade de estruturar políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades dos novos habitantes e até mesmo como forma de reorganização desses espaços. O crescimento acelerado demandou a estruturação nos espaços urbanos e rurais, o que, em muitas cidades, deixou a desejar, diante da própria falta de organização e de recursos.

¹³ Ver em: Irará e região (Fonte: Centro de Estatística e informações – CEI - BA).

Para realizar as inferências acerca das nossas fontes orais, utilizaremos as iniciais dos nomes dos nossos entrevistados, com o intuito de manter a sua integridade diante de um termo assinado entre as partes. Em especial, usaremos aqui, apenas o nome do neto de Panta Leão Américo dos Santos, o senhor João Américo dos Santos, diante do consentimento mediante termo assinado pelos seus filhos.

3.2 Panta Leão Américo dos Santos e a comunidade da Baixinha

Figura 5 - Lápide do senhor Panta Leão Américo dos Santos



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Panta Leão Américo dos Santos viveu entre os anos de 1868 a 1938. Quanto a esse dado preliminar, cabe aqui realizarmos uma ressalva: apesar de a imagem acima apontar que o mesmo faleceu no ano de 1938, seu neto, Sr. João Américo dos Santos, - em uma entrevista realizada por Anderson Marcos para o documentário chamado “A Igreja dos Panta” - afirma que Panta Leão faleceu no ano anterior, 1937. Entretanto, em virtude da não localização de documento que, legalmente, ateste o óbito do mesmo, paira a dúvida acerca do ano do falecimento do mesmo. Acreditamos que o fato do Sr. João Américo dos Santos, nascido em 26 de junho de 1918, já estar com a idade de 19 ou 20 anos quando da morte de seu avô seja relevante para considerarmos a necessidade quanto ao cotejamento da maior quantidade e

diversidade de fontes para realizar uma afirmação que, para alguns, possa parecer insignificante.

A imagem acima, referente ao túmulo de Panta Leão, está exposta em frente à Igreja do Alto do Santo (nome oficial da construção religiosa). O Sr. Panta Leão Américo dos Santos possuía o desejo de ser enterrado junto à sua esposa, cujo túmulo está localizado no interior da referida igreja. No entanto, obtivemos informações de que, apesar do mesmo ter retirado uma licença para que ambos fossem enterrados no interior da igreja, quando, mais tarde, ele veio a falecer, a licença em questão estava vencida, e não foi conseguida outra que garantisse a realização desse seu desejo derradeiro. Assim, restou ao mesmo ter seu corpo sepultado na área externa da igreja.

O artigo de Antonio da Conceição Nascimento (2013), intitulado “O fim dos enterramentos na igreja e a construção do cemitério: mudanças na cultura funerária em Maragogipe-Ba”, contribui para refletir sobre a relação dos enterros serem realizados dentro das igrejas como um meio para aproximar os mortos das divindades. Cabe ainda demarcar que as lutas ancoradas pelos médicos sanitaristas foram impulsionadas pelas relações que os mesmos estabeleceram com as doenças e os problemas que poderiam ser gerados caso esses corpos contaminados (pelas doenças da época) fossem enterrados nas igrejas. Dessa forma, é bem provável que essa seja uma das razões pelas quais o desejo do senhor Panta Leão, de ser enterrado ao lado da sua Emília dos Santos, não pôde ser cumprido.

Figura 6 - Imagens relativas à igreja e ao túmulo da senhora Emília dos Santos, esposa de Panta Américo dos Santos



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Panta Leão Américo dos Santos - que doravante nesse trabalho nos referiremos como Panta Leão ou, Mestre Panta - nasceu ainda sob a vigência da escravidão, algo que, preliminarmente, nos remete a uma reflexão sobre a condição jurídica sob a qual ele nasceu. A isso emerge uma primeira e óbvia questão: Teria Panta Leão nascido livre ou não? Uma vez que não dispusemos de informações sobre os seus pais e, logicamente, a condição legal dos mesmos, e considerando a informação que Mestre Panta nasceu no ano de 1868, três anos antes da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como a “Lei do Ventre Livre”. Responder a essa questão, apesar de necessário, extrapolaria os objetivos da proposta da nossa pesquisa, mas cabe aqui a reflexão para uma outra ocasião.

Nas comunidades negras, a oralidade adquire importância para a manutenção das memórias e da cultura. Sobre esse aspecto, o pesquisador Valdélino Santos Silva ressalta que “a centralidade da oralidade como mecanismo de comunicação e de expressão cultural, é uma das variantes do que podemos chamar de pensamento africano” (Silva, 2010, p. 151). Sendo esse o sentido de socialização de memórias e saberes em comunidades onde, muitas vezes, o acesso aos registros escritos e visuais é bastante limitado.

Diante da falta de registros imagéticos sobre Panta Leão, para descrevê-lo em seus traços físicos e fisionômicos, nos basearemos na memória daquele seu neto já citado, o Sr. João Américo dos Santos, que conviveu com o mesmo até por volta dos 19 ou 20 anos de idade. Considerando as suas lembranças sobre o avô, o Sr. João Américo dos Santos, durante entrevista por nós realizada, descreveu o avô como “um homem alto, não era magro, era um pouco forte, mas não era gordo, não! Ele era da minha cor!”.

Figura 7 - Foto do senhor João Américo dos Santos, neto de Mestre Panta



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Cabe aqui considerar, de acordo com a imagem acima, que o Sr. João Américo dos Santos se tratava de um homem que tinha a pele negra. No entanto, ele mesmo estigmatizando seu tom de pele, não se autoidentifica enquanto negro. Entretanto, considerando que ele enfatizava que “Panta era da minha cor!”, podemos então considerar que Mestre Panta era descendente de africanos.

Mestre Panta era um homem negro que vivera na localidade, de forma a usufruir de uma condição econômica e material que podemos considerar ser muito melhor do que a maioria dos demais afrodescendentes. Mesmo nascendo no período anterior à “Lei do ventre livre”, ele, de acordo com as afirmações de vários dos nossos colaboradores, possuía uma significativa quantidade de posses, majoritariamente adquiridas por meio de compra. Entre essas aquisições, encontra-se a atual comunidade da Baixinha.

Em 1901, o Mestre Panta ergueu uma bonita igrejinha na região do Urubu, na Baixinha. Ele era reconhecido como um habilidoso e conceituado marceneiro (daí inferimos a origem do termo Mestre), que trabalhou em muitas residências da elite local entre os séculos XIX e XX.

Figura 8 - Foto da Igreja do Alto do Santo (ou Igreja dos Panta)



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Atualmente, a igrejinha construída pelo Mestre Panta, na fazenda Urubu, pertence aos filhos do Sr. João Américo dos Santos, que, em entrevista, salientou:

“Oié!”, o lugar se chama Alto do Santo Antônio, aí o finado Panta construiu uma igreja e deu esse nome Alto do Santo Antônio. Mas a fazenda é denominada mesmo como fazenda Urubu era todo de Panta! Por que ele comprou uma porção de terra na mata da ladeira pra tirar pau que era pra fazer casa. (Entrevista com o João Américo dos Santos, realizada em 12/03/2017)

A história da igreja de Panta Leão origina-se da compra de uma porção de terra feita pelo próprio Mestre Panta no Alto do Santo Antônio, lugar no qual ele colocou esse nome e onde construiu a igreja. A sua fazenda se chamava fazenda “Urubu”, nela existiam diversas casas construídas por ele, para os trabalhadores, que ali moravam. Contam ainda que as pessoas que trabalhavam para ele recebiam casa e comida em troca do seu trabalho. Além das casas, existiam espaços de lazer, como campo de bola e a tradicional vendinha para comercializar suas bebidas. No centro da vila, existia a Igreja do Alto do Santo.

A igreja acima representa uma das formas de resistência utilizadas por Mestre Panta para manter viva, não só sua memória, como também suas práticas, a ancestralidade de seus antepassados, seus costumes e crenças religiosas. A igreja, assim como a existência do Mestre Panta, é perpassada por histórias fabulosas. Em uma entrevista com dona A. M. (90 anos),

moradora antiga da comunidade e que frequentou algumas festas e manifestações culturais realizados na igreja dos “Pantas”, ela descreveu como era a igreja de Panta Leão, sob a responsabilidade do filho, e salienta que:

Na igreja tinha muito ouro! Tinha muita coisa de valor, mas sumiu muita coisa, o povo já carregou. Mas tinha muita coisa de valor! Tinha um diamante, assim oh! Tinha uma roda que ficava pendurado no telhado da igreja, cheio de diamante pendurado. Isso eu me lembro! (Entrevista realizada com a senhora A. M, realizada em 23/03/2017)

Contam ainda que a igreja de Panta Leão era muito rica, e que, dentro dela, existia muito ouro, como sinaliza dona A. M., ao descrever o lustre de diamante que ficava pendurado no telhado da igreja, próximo ao altar. Infelizmente, nos dias atuais, a igreja apenas dispõe de algumas imagens, pois os objetos de maior valor não se encontram mais na igreja, e o destino de tais pertences é desconhecido.

O que podemos perceber é que a prática religiosa do Mestre Panta tem a igreja católica como um possível caminho para manter vivas as religiões de matrizes africanas e suas experiências e rituais como referência, evidenciando que “o sincretismo afro-brasileiro foi uma estratégia de sobrevivência e de adaptação, que os africanos trouxeram para o Novo Mundo” (FERRETI, 1998, p. 188).

Como conta Emerson Nogueira Pinho - um memorialista que se dedica a escrever sobre os lugares e personalidades históricas da cidade de Irará -, em seu livro “A construção, histórias de Mestre Januário”, ao remontar as histórias de Panta Leão, refere-se a ele como “um curandeiro, dizem que ele era conhecido em toda região” (PINHO, 2008, p. 73). Sabemos que o período em que o Mestre Panta viveu foi marcado por uma severa perseguição às manifestações religiosas de matriz africana e que os seus sacerdotes eram pessoas que, apesar de respeitadas pela comunidade, sobre eles pairava certa “aura” de desconfiança.

Outro dado relevante acerca da relação de Mestre Panta com questões sobrenaturais, é salientado no depoimento do seu neto, o Sr. João Américo dos Santos, ao referir sobre as moedas de ouro escavadas por Mestre Panta:

Na meia noite, na vorta do trabalho que Panta foi fazer lá mai o finado Antoí, e dois trabaiador, ia fazer um caixão lá no Pau Ferro, aí fez o caixão. Quando acabou de fazer Antoí, disse umbora. Quando eles chegaram na encruzilhada, olha o caixão que ele fez no chão deitado. Aí esse Antoí chegou e disse: “oie meu pai o caixão que fizemo aqui no chão”. Aí Panta olhou assim, pegou um mói de quarona e jogou, fez o sinal da cruz e botou em cima do caixão e disse: “tem nada não, vamos umbora”. Aí, com três dias depois que a pessoa tinha

morrido, chegaram no lugar chamado Pau Ferro. Óia o rombo no chão! Acharam duas nicas, foi Panta que tinha cavado (risos). (Entrevista com o João Américo dos Santos, realizada em 12/03/2017)

Os autores Reis e Silva (2005, p. 40), ao definir o que seria um “curador”, caracterizam-no como aquele que promove rituais africanos, muitas vezes, considerados como feitiços:

Havia líderes religiosos que curavam, adivinhavam e ganhavam respeitabilidade dentro e fora da comunidade de escravos por serem capazes de lidar com o sobrenatural e de neutralizar o mal, inclusive o mal dos senhores cruéis, além de tornar os escravos invulneráveis às doenças, fazê-los bem-sucedidos nas fugas e outras ações em busca da liberdade. A maioria dos escravos recorria aos curandeiros ou curandeiras negras para se tratar de alguma enfermidade. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 104)

Em um período em que as práticas religiosas que possuíssem relação com as tradições de matriz africanas eram objeto de acusação de prática fetichismo ou símbolo de incivilização, “refugiar” essas práticas no catolicismo pode ser considerada uma estratégia para manter vivos o culto e as práticas religiosas. E foi, nesse contexto, que Mestre Panta apropriou-se da igreja para disfarçar as suas manifestações culturais e religiosas e manter sua integridade, bem como, uma boa relação com os sujeitos daquela comunidade.

O senhor E. S. é um estudante Universitário, um dos primeiros da comunidade a ingressar a universidade pública federal, ele é o portador de muitas histórias e memórias desse lugar, pois foi ele um dos responsáveis pelo resgate da memória desses sujeitos na busca pela identificação e titulação da comunidade enquanto remanescente de quilombo, no ano de 2013. Assim, ao perguntá-lo sobre as histórias que dão origem a essa comunidade, ele nos remete ao Mestre Panta Leão, abordando sobre as memórias coletivas através do seu lugar de porta-voz dessa comunidade.

Portanto, tal consideração está bem notável no depoimento prestado pelo Sr. E. S.:

Mestre Panta, além de ser um carpinteiro muito famoso aqui em Irará, não fez somente a igreja dele, mas também, no casarão de Santana, ele também estava presente, e também era um babalorixá, como a gente chama hoje. E conta que era um pai de santo importante na região, de referência até pelas suas crenças, e dizia o povo que, quando chegasse algum na casa de mestre Panta para resolver algum problema espiritual, ao chegar no batente da casa dele sem falar nada, Panta já dizia se tinha condição ou não de resolver o problema, antes da pessoa explicar o que era! Então, se fosse para ele passar algum banho ou fazer alguma coisa, ele já dizia antes mesmo dele iniciar um assunto. Isso foi um relato que eu ouvi de morador aqui da comunidade. (Entrevista realizada com o senhor E. S., realizada em 09/04/2017)

A partir do depoimento acima transcrito, que manifesta como o Mestre Panta era descrito nas suas práticas religiosas, podemos perceber a sua importância para a história de Iará, tanto no seu exercício profissional de conceituado Mestre-Carpinteiro, como também de indivíduo que, através das práticas religiosas, propiciava oferecer uma espécie de alento físico e espiritual para a comunidade.

Mestre Panta, de acordo com as falas do senhor E. S., era um babalorixá conhecido naquela época como curador, que vem a ser alguém que realiza curas. Conforme salientado por moradores da comunidade, Mestre Panta passava banho e realizava rituais para as pessoas que o procurava em busca de cura.

A relação entre o curandeirismo, apresentado acima pelos autores Reis e Silva (2005), suscita a reflexão acerca da relação de Panta Leão, que também era um curador. Essa reflexão, apresentada pelos autores, mostra como essa relação com a cura vem desde muitos séculos, o que possivelmente aconteceu com Panta, ele pode ter herdado os saberes da cura através de seus antepassados. Esse aspecto vem sendo fortemente salientado na fala de E. S.:

Mas outras histórias dele como curador não sabemos, mas, o que sabemos hoje é mais com o filho dele por que ele faleceu, mas o filho dele passou a exercer o cargo que ele tinha, Paulinho de Panta também passou a ser pai de santo babalorixá e famoso na comunidade. Conversando com dona Zefa, que era uma das cozinheiras dele, que quando era o caruru que tinha na comunidade ela ia para lá cozinhar fazer o caruru. E tinha a reza e, na meia noite, fazia-se o prato para a oferenda dos santos e era levado a meia noite e areado lá na mata para essa divindade que eles tinham, que, segundo dona Zefa, chamava-se senhora Sinhá. Esse foi um relato que ela foi me contando e essa é a história que nós temos. (Entrevista com o Sr. E. S., realizada em 09/04/2017)

Ainda de acordo com esse colaborador, um dos filhos do mestre Panta, após a morte do pai, passou a exercer seu cargo de babalorixá, dando continuidade aos seus trabalhos. Posteriormente, com a morte desse herdeiro, os moradores relatam que a linhagem sucessora do mestre Panta não demonstrou nenhuma atividade relacionada às religiões de matriz africana, ou quaisquer práticas de curandeirismo. Contam ainda que eles não aceitam a religião do patriarca e seguem rigidamente a igreja católica.

Figura 9 - Reprodução da foto do senhor Paulinho de Panta, filho de Panta Leão



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Dentro das religiões de matrizes africanas, os rituais de ofício de santo são passados de pai para filho. Por isso, Panta Leão e seu filho seguiram a lógica da tradição de origem africana. Assim como no quilombo do Mangal, a igreja de Panta Leão, situada no Alto do Santo, apresenta-se como um lugar de negociação entre as religiões, como sinaliza Oliveira (2006):

Na história da resistência negra na diáspora brasileira, a Igreja aparece como um dos espaços de negociação da liberdade, um espaço onde era percebida a possibilidade de recriação. As irmandades negras como a do Rosário, eram verdadeiros espaços físicos e políticos de promoção da resistência escrava “um espaço físico onde as pessoas de cor podiam reunir-se, conversar, rezar e compartilhar problemas e, nesse processo, transmitir costumes e valores”. (OLIVEIRA, 2006, p. 105)

Ao analisar o relato acima, fica nítido que a relação com a religião católica consistia em mera negociação, pois seus rituais e devoções se diferenciavam dos louvores católicos tradicionais, como afirma Oliveira (2006), ao se referir a essas relações no quilombo do Mangal:

Algumas evidências nos permitem levantar essa hipótese: o fato de a família Gomes que, historicamente é guardião da igreja, ter integrantes à frente do Saravá; o culto a santos historicamente ligados a irmandades negras; os ritos e danças nas homenagens aos santos que em muito se diferenciam dos louvores católicos tradicionais, como por exemplo, a presença do samba em meio ao culto, a cachaça distribuída tranquilamente durante o culto e, principalmente, a ausência da Bíblia em todos os cultos observados (OLIVEIRA, 2006, p. 106).

Ainda a partir da observação da falta de elementos presentes em cultos católicos, na fala de dona A. M., ao relatar sobre as festas existentes na igreja do Alto do Santo, manifesta uma aversão sobre as práticas religiosas daquele espaço, pois lá acontecia de maneira diferente dos ritos católicos. Ao questionar se a mesma já participou de algum evento na igreja de Mestre Panta, ela afirma:

Deus me livre (risos)! Ele não celebrava missa não! Sabe o que aconteceu? A casa era lá embaixo, a assembleia era lá na casa dele. Ele desmanchou a casa pra pegar os patuá dele. Quando ele comprou essa fazenda fez uma igrejinha e botou os negócios dele. Não era culto do religioso não, era de candobré. Aí ele botou lá, que era pra nenhum dos filhos ficar perturbado do juízo, nem doido! Porque dizia que as coisas ia ficar tudo pra Zé de Pedro. Aí ele fez essa igrejinha pra não passar os patuá pra ele (Entrevista com a Senhora A. M., realizada em 23/03/2017).

A fala da senhora A. M. demonstra justamente o uso da igrejinha como um espaço para a recomposição de uma tradição que precisava ser apresentada, mas não da maneira como ela era e, sim, remontada. Podemos dizer que foi remontada pelo Mestre Panta, a fim de manter viva essa tradição, sendo ela carregada de sentidos e significados que só eram entendidos por pessoas seguidoras de religiões de matriz africana.

Com relação às atividades produtivas realizadas pelo Mestre Panta, na comunidade da Baixinha, seu neto afirmou que ele possuía dois carros de boi, e várias cabeças de gado, das quais quem tomava conta junto com os meeiros era o senhor Antônio, um dos filhos de Panta Leão, responsável por cuidar dos seus animais e das atividades ligadas à agricultura, com relação ao uso da mão de obra dos meeiros.

A Comunidade da Baixinha está situada a sete quilômetros da cidade de Iará, estado da Bahia. Ela é habitada por uma população de baixa renda e, em sua maioria, composta por pessoas negras, que garantem a sobrevivência por meio de atividades agrícolas com o plantio da mandioca, milho, feijão, amendoim, etc. Destaca-se, especialmente, a mandioca, que é o principal produto cultivado no município de Iará e representa uma das maiores fontes de renda dessa cidade.

A comunidade da Baixinha é composta pelas seguintes Fazendas: Urubu, Dendê, Granja e a Comunidade São Jorge no Leão. Essas propriedades que compõe a referida localidade estão interligadas por histórias que se cruzam e se completam, sejam elas através dos laços de parentesco, ou pelo seu surgimento a partir do mito fundador na região do Urubu, envoltas a questões mitológicas de um passado vivido e lembrado pelos guardiões das memórias dessa comunidade. De acordo com um dos nossos colaboradores:

Na verdade, aqui o nome da comunidade é Baixinha, aí você pisa uma cerca já adentra no Urubu, aí vai por outro caminho você já sai no Dendê, aí, quando você começa subir pela parte norte da comunidade, você já entra na Granja e, na outra parte da comunidade, você já está no São Jorge no Leão. (Entrevista com o senhor E. S., realizada em 09/04/2017)

Algo curioso acerca das fazendas existentes na comunidade da Baixinha está em suas nomenclaturas. Com relação a fazenda “Urubu”, essa nomenclatura, em princípio, me despertou a atenção e me levou a indagar aos moradores mais antigos sobre a origem do nome daquela localidade. Entretanto, somente obtive informações a partir da consulta da dissertação de mestrado intitulada “Etnicidade e memória entre quilombolas em Irará- Bahia” de Jucélia Bispo dos Santos (2008), que, ao tratar de outras nomenclaturas das comunidades remanescentes de quilombo do Município de Irará, afirma que a fazenda “Urubu” adquiriu esse nome por se tratar de uma localidade onde havia uma grande concentração daquela ave. Segundo os moradores, esses animais dormem nesse espaço da Serra. “Logo que o dia amanhece, eles vão passear em outros lugares do município, mas ao entardecer eles vem dormir no topo da serra.” (SANTOS, 2008, p. 28)

Cabe a nós reportar a consideração realizada por Santos (2008) de que a denominação das comunidades quilombolas do município de Irará-Ba possui relação direta com as memórias de cativo e, por isso, acabaram por influenciar nas questões identitárias marcadas por essa construção estigmatizada. É, nesse contexto, que as memórias dos períodos iniciais da criação da comunidade se perdem, muitas vezes, pelo movimento em que essas pessoas estabelecem ao narrarem suas memórias coletivas e individuais.

Portanto, é possível evidenciar as relações de parentesco existentes entre os atuais habitantes de toda aquele espaço, que, inicialmente, foi denominado de região do Urubu, bem como, em relação a algumas fazendas vizinhas. Dessa forma, cabe salientar que as pessoas que habitam a comunidade da Baixinha possuem relações de parentesco com a família fundadora, construídas a partir do matrimônio, bem como, quando observadas as relações que podemos estabelecer com os donos das outras fazendas. Esse fato contribuiu diretamente para a povoação da comunidade e para que grande parte dos moradores dela, nos dias atuais, tivessem relações de parentesco e consanguinidade.

Dessa forma, a posse das terras nas comunidades remanescentes - assim como o caso da comunidade em que desenvolve esse estudo - está intimamente ligada às heranças deixadas pelos pais. Por exemplo, as terras onde está localizada a comunidade da Baixinha pertenciam,

em partes, aos herdeiros de Mestre Panta, assim, alguns desses familiares venderam as partes que lhes cabiam para pessoas que possuíam condições de comprá-las e que escolheram a Baixinha como o seu novo lar. Desse modo, a relação estabelecida na comunidade tem muito a ver com as heranças deixadas pela família de Panta Leão, desde o período da criação das primeiras casas.

Tendo em vista essa questão, não podemos deixar de demarcar que essa comunidade possui relação direta com posse da terra e está diretamente ligada a uma memória ancestral, até mesmo porque era o pedaço de terra que representava seu sustento, sua cultura e história, muitas vezes, sem imaginar que um dia aquela comunidade fosse reconhecida como comunidade quilombola. Muitos descobrem o significado de “quilombo” apenas quando se descobrem membros dessa comunidade, o que vem a ser perceptível também no trabalho de Oliveira (2006), em um diálogo com a professora da comunidade. A educadora local afirma que:

Pra lhe dizer a verdade, eu num sabia nem o que era quilombo. Entretanto, considerando que as identidades são políticas e atendem uma demanda da contemporaneidade, podemos afirmar que a identidade quilombola do Mangal é legítima, posto que “uma sociedade e seus membros sobrevivem de uma maneira culturalmente marcada em um mundo significante”. (OLIVEIRA, 2006, p.97)

Assim, como na comunidade quilombola do Mangal, a Baixinha também, muitas vezes, os próprios sujeitos habitantes daquele lugar não percebem aquele espaço enquanto remanescente de quilombo, fato que contribui para o esquecimento da memória e da história dessa localidade. Como salienta Oliveira (2006) acerca das memórias dos processos experimentados da escravidão, corroboram para que esses sujeitos acabem negando a sua própria história como uma forma de negar a sua identidade para evitar algumas vivências e experiências discriminatórias de uma sociedade que marginaliza os negros e, principalmente, os negros quilombolas.

Em um projeto de extensão realizado nas comunidades quilombolas no município de Irará - que tinha por objetivo construir um projeto comum entre as comunidades remanescentes do Município -, apresentado no texto “Comunidades Quilombolas do Portal do Sertão da Bahia: a luta entre o reconhecimento e a redistribuição” de Jucélia Bispo dos Santos (2016), aparecem algumas falas de pessoas da comunidade que ressaltam a correlação da pobreza e a justiça social. Como afirma o depoimento do presidente da Associação Rural dos Moradores da Baixinha, E. S., que pontuou o seguinte:

Eu moro na comunidade da Baixinha. Nós somos uma comunidade pobre, isso não nos envergonha, mas a nossa condição de pobreza deveria envergonhar os políticos, porque lá falta tudo. Teve um estudo feito por uns estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana que destacou a nossa comunidade como uma favela rural. Nenhuma comunidade rural de Irará já recebeu esse nome. Isso mostra o quanto nós precisamos de apoio. (SANTOS, 2016, P. 11)

O depoimento do senhor E. S., um representante da comunidade nesse trabalho, demonstra uma carência nas políticas públicas para as comunidades do campo e, principalmente, para as comunidades do campo que são quilombolas, bem como, as nomenclaturas discriminatórias a elas atribuídas por conta da situação de pobreza emergente na comunidade. Em uma entrevista realizada com o senhor E. S., conversando sobre essa pesquisa realizada por estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana, ele salienta que:

Como até hoje existe esse preconceito sobre a comunidade perante o município, nós ouvimos relatos das pessoas que não são da comunidade, que possuíam vínculo com a universidade. Quando discutia a comunidade, falava dando referência a essa nomenclatura de favela rural, apontando características que desmereciam a comunidade. (Entrevista concedida pelo senhor E. S., realizada em 09/04/2017)

Podemos observar, através desse depoimento, que as políticas públicas, muitas vezes, não chegam até a comunidade, e o olhar do observador, como no do trabalho desenvolvido na comunidade por estudantes da UEFS, pode afetar diretamente os sujeitos que moram no local, ao receberem a pecha de “favela rural”. O modo como essa discriminação afeta os moradores fica evidente na fala de E. S.:

Hoje até que melhorou um pouco, mas, até uns dois anos atrás, o pessoal do município mesmo tinha esse olhar como favela, como o que não presta e, hoje ainda né, não temos um estudo aprofundado, mas temos alguns relatos. Que pela questão da vulnerabilidade, que na comunidade existe, então tem esses preconceitos de muitos que nem conhecem a comunidade. Nunca pisaram o pé e tem esse preconceito com a comunidade. (Entrevista concedida pelo senhor E. S realizada em 09/04/2017)

Perante a vulnerabilidade da localidade na relação com os moradores do município, outra questão relevante, citada por E. S, são as visitas intensas do policiamento da cidade à comunidade da Baixinha, apresentadas no relato que segue:

Quando eu era presidente da associação, senti vontade de ir na delegacia fazer uma pesquisa de qual comunidade havia mais queixas na delegacia do

município. No entanto, infelizmente não deu para realizar esse estudo. Poderia até existir outras comunidades, mas a comunidade que mais vinha a viatura era a Baixinha. (Entrevista concedida pelo senhor E. S., realizada em 09/04/2017)

Conforme a fala de E. S., a comunidade da Baixinha - denominada pela Fundação Palmares, em 2010, uma comunidade remanescente de quilombo - era, antes do reconhecimento, uma comunidade negra rural estigmatizada e violentada, considerada assim pela visão de algumas pessoas da comunidade e também pela polícia da cidade, recebendo “visitas” constantes. Esse fato que nos leva a pensar na nomenclatura que lhe fora atribuída, de “favela rural”.

No caso da Baixinha, a negação está diretamente relacionada com o olhar do outro. A comunidade é considerada pelo entorno como um lugar de negros violentos, o que lhe rendeu o apelido de “favela rural”. Não foi possível aprofundar, nesse trabalho, essa questão, mas ousamos pensar que a resistência à opressão, juntamente com as instrumentos que lhes foram possíveis, pode ter influenciado nessa visão. Negar o passado passa a ser condição para ser aceito.

A vulnerabilidade da Comunidade da Baixinha pode ser percebida a partir de algumas questões como: a vulnerabilidade social, bem como, a carência de renda das famílias. A problemática da renda ocorre, muitas vezes, por conta da falta de oportunidades relativas à inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, como também, pela dificuldade de acesso aos serviços e bens sociais básicos, tais como: moradia, saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica etc. Assim, observa-se que, geralmente, a falta de efetividade das políticas públicas é a grande responsável por promover a exclusão social.

A escassez de oportunidades para os sujeitos dessa comunidade contribui para favorecer o *status* de marginalização, bem como, o aparecimento de termos com conotações negativas relativas associadas àquela localidade. Esse fato em nada contribui para melhorias na qualidade de vida dessas pessoas e, muito menos, na reparação desse processo de exclusão social.

Portanto, o processo de negação histórica vivido por essa comunidade colaborou para que Cláudia Romana dos Santos desenvolvesse nela um serviço social negado pelos poderes públicos às pessoas oriundas desse espaço: a escolarização. Assim, essa professora leiga tornou-se protagonista dos processos de institucionalização da escolarização na localidade em questão.

4. **CAPITULO III: A PROFESSORA CLÁUDIA ROMANA E O SONHO DO SABER: UMA INICIATIVA VOLUNTÁRIA DE ESCOLARIZAÇÃO NA COMUNIDADE DA BAIXINHA.**

O século XX pode ser considerado como aquele em que os sistemas de educação pública passaram por efetivo processo de expansão quantitativa, uma vez que, durante esse século, foram constituídas políticas concretas que potencializaram a expansão da escolarização formal, o que, no contexto do interior do país, contribuiu para o desenvolvimento das cidades menores de maneira mais significativa, quando as construções voltadas para essa finalidade, começaram a modificar o cenário arquitetônico dessas localidades. No caso do município de Iará, tal ocorrência se manifesta a partir dos anos 1920, por meio da disseminação das escolas reunidas. Nesse sentido, podemos destacar a instalação do Prédio Escolar Juracy Magalhães, no centro urbano da cidade de Iará, iniciada em 20 de novembro de 1933 e inaugurada em 24 de outubro de 1935, na gestão do prefeito Elysio Sant'anna.

Figura 10 - Placas alusivas à construção e reforma do prédio escolar do grupo Escolas Reunidas.



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em 1994, a Escola Dr. Juliano Moreira passou pelo processo de recuperação e adaptação com vistas a atender a uma nova demanda da educação especial, questão que, desde a constituição de 1988, passara a ser uma preocupação emergente. Além disso, a escolarização e a construção de espaços próprios para atividades escolares, mesmo timidamente nas zonas rurais, ocorreram após a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER):

Algumas iniciativas educacionais voltadas para as comunidades rurais são colocadas em prática, entre elas a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), atuando em quase todo o território nacional na formação de líderes em missões rurais, semanas educativas e campanhas educacionais (RIOS, 2016, p. 329).

Desse modo, a escolarização nos espaços rurais se constituiu a partir de várias iniciativas motivadas por segmentos diversos da sociedade, bem como, através da própria mobilização de representantes dessas comunidades frente a esses direitos.

As comunidades rurais - em particular, nessa dissertação, aquelas localizadas no município de Irará, Bahia - também passaram por processo similar. A escolarização foi se desenvolvendo timidamente e, muitas das vezes, através das iniciativas dos próprios segmentos dessas comunidades. Desse modo, é possível afirmar que, apesar do desenvolvimento urbano, a concretização de iniciativas de escolarização, mais precisamente nas comunidades rurais, obedeceu a uma lógica bem particular, muitas vezes, derivadas de condições particulares que se manifestaram localmente.

Uma das características mais recorrentes, no campo dessas iniciativas escolares, se manifestou em algo cuja incidência foi bastante regular no território brasileiro, desde o período colonial, no caso, as casas escolares, além do personagem do mestre-escola. O advento de um espaço físico destinado para a prática da atividade escolar no Brasil é um fenômeno do século XIX e se caracterizou, inicialmente, com uma preocupação com a educação secundária. A educação das primeiras letras, mesmo com o advento da independência política do país, continuou sendo ministrada na casa-escola, na maioria dos casos, na própria residência do(a) professor(a).

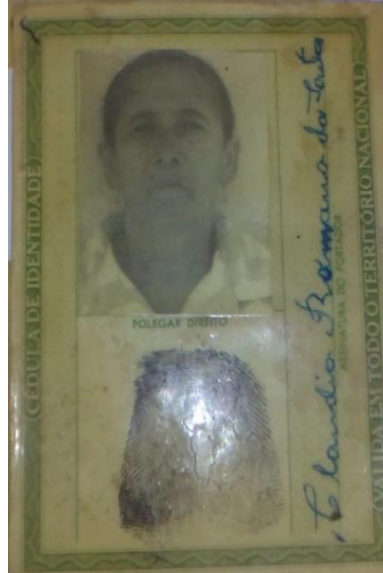
Dessa maneira, em ritmo diferente das regiões urbanas, a escolarização nas regiões rurais - sobretudo, naquelas que, como a comunidade da Baixinha, se tratavam de uma região cuja ocupação territorial ainda no século XX (e até nos dias atuais) estava vinculada com o passado escravista - se instituiu a partir de uma iniciativa particular e pessoal, que manifestou a prática da casa-escola, personificada por aquela cuja atuação, é o objeto da presente investigação: Cláudia Romana dos Santos.

4.1 A professora Cláudia Romana dos Santos.

Nascida no ano de 1913, na fazenda Frágoso (propriedade dos seus pais) no município de Pedrão, Bahia, Cláudia Romana dos Santos viveu e constituiu uma nova família a partir do

seu casamento com Martins Pereira dos Santos nessa propriedade. O senhor Martins também era agricultor e possuía uma fábrica de produção da farinha de mandioca

Figura 11 - Reprodução da cédula de identidade da Senhora Cláudia Romana dos Santos



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

A reprodução do documento de identidade da senhora Cláudia Romana dos Santos tem, inicialmente, o objetivo de mostrar a sua aparência em determinado período de sua vida, apresentando-nos a simplicidade de uma agricultora, moradora da zona rural, que conseguiu transformar de forma simples a realidade de diversos jovens e crianças que, em várias instâncias de relações, com ela, estabeleceram muitos e sucessivos vínculos.

A fazenda Fragoso foi a primeira casa da senhora Cláudia Romana dos Santos, onde morou por muitos anos, provendo, juntamente com familiares, o seu sustento, através do trabalho na roça, além do desempenho da função de professora para garantir a escolarização as crianças mais abastadas daquela comunidade (Fragoso). De acordo com as informações disponibilizadas por um dos seus filhos, com o qual Cláudia Romana dos Santos residiu até os seus últimos dias de vida, a memória da vida na fazenda Fragoso foi assim demarcada: “Quando a gente morava na fazenda Fragoso, minha mãe trabalhava na roça e “insinava”, era professora leiga, levou a vida dessa maneira” (entrevista com o senhor H. P., realizada em 06/12/2018).

Lecionava, ensinava a “ler e escrever” aos filhos de pessoas com melhor condição financeira da região, entre esses, alguns filhos de fazendeiros. Ainda de acordo com o seu filho, a professora Cláudia Romana dos Santos, para o cumprimento dessa atividade de ensino, era remunerada pelos pais, uma vez que não havia oferta de educação pública na localidade. Manifestações como essas nos remetem à reflexão sobre as dificuldades de acesso à escolarização, sobretudo, nas regiões rurais. Mesmo que se tratando de pessoas com a

possibilidade de pagar pela instrução dos seus filhos, esse fato deixava patente a ausência do estado no provimento da educação formal. Apenas tinham acesso aqueles que podiam pagar pelo pouco conhecimento do qual Cláudia Romana dispunha. No entanto, aqueles que não possuíam condições de arcar com os custos, permaneciam excluídos desse processo.

Como anteriormente abordamos, a prática de escolarização oferecida pela professora Cláudia Romana dos Santos possuía suas bases no modelo bastante conhecido de “mestre-escola”. Nesse caso, efetivava-se na permanência de uma prática que manifestava o interesse particular, ou comunitário, dos pais em possibilitar o aprendizado, mesmo que rudimentar, das primeiras letras e dos cálculos mais elementares para seus filhos.

A presença da professora Cláudia Romana no desenvolvimento da escolarização, desde a fazenda Fragoso, demonstra a ausência de uma política educacional universalizada. Nos lugares onde as políticas públicas e as ações em prol da expansão do ensino ainda não se faziam presentes, a senhora Cláudia Romana e tantas outras professoras foram, muitas vezes, eram a única possibilidade de aprendizado da leitura, da escrita e dos fundamentos aritméticos. No estado da Bahia, as escolas oficiais chegaram aos municípios, sobretudo aos menores, como o resultado de articulações e arranjos político-eleitorais que visavam promover o ingresso no serviço público, através da chegada de pessoas com uma certa influência, ou que possuía algum tipo de contato com representantes do estado, nas capitais, e que viabilizavam esse processo.

De início, não ocorria a construção de prédios escolares, e sim a nomeação de uma professora que ensinaria em casa, ou em algum espaço alugado. Um dos modelos mais comuns era a utilização da própria residência da professora, sem qualquer remuneração em relação ao espaço utilizado para esse fim. Desse modo, a escolarização desenvolvida por Cláudia Romana dos Santos na fazenda Fragoso durou até o ano de 1949, quando, diante das dificuldades encontradas por ela para a manutenção da sua família, decidiu se mudar para a localidade onde tinha direito a uma herança: a comunidade da Baixinha, em Iará.

Antes de tratarmos daquilo que nos reveste de maior interesse, no caso, a chegada e a atividade docente da professora Cláudia Romana dos Santos na localidade da Baixinha, uma indagação nos assola: Sob quais condições ela adquiriu os conhecimentos que, mais tarde, socializou tanto na fazenda Fragoso quanto na comunidade da Baixinha? A resposta para essa indagação, infelizmente, é deveras incipiente, uma vez que, de acordo com um de seus filhos, a mesma aprendeu com os seus tios, cujos nomes nosso depoente sequer soube identificar. Então, podemos inferir que, possivelmente, a mesma aprendeu sob uma modalidade semelhante àquela que, futuramente, veio a realizar, por meio de um mestre-escola, na mesma fazenda Fragoso, onde iniciou seu magistério e, quem sabe, sucedeu seu tio e professor.

4.2 A chegada da Professora Cláudia Romana e a sua Casa-Escola.

Após um período onde os documentos escritos, sobretudo aqueles de natureza legal e oficial, adquiriam crédito digno de serem utilizados enquanto fontes históricas, a partir do primeiro terço do século XX, com o adensamento da concepção sobre o documento histórico, gradativamente, as memórias e relatos orais passaram a adquirir uma importância cada vez maior e, muitas vezes, inédita e original sobre períodos, práticas, manifestações que, em uma contribuição inestimável da antropologia, passaram a fazer parte, cada vez mais rotineiramente, do “arsenal” de fontes com que se “armam” os historiadores. Com isso, a utilização de fontes orais vem, com o passar do tempo, constituindo-se em uma metodologia de uso, abordagem e tratamento, que visa oferecer maior condição de que tais fontes possam, concretamente, serem objetos documentais, suscetíveis às críticas, assim como toda e qualquer fonte histórica.

O trabalho com a história oral, e também com a etnografia, utiliza primordialmente o recurso das memórias, e a escuta dessas memórias reúne elementos que são indispensáveis para que a história, que será eternizada, constitua-se em um patrimônio e seja protegida por todos (THOMPSON, 1992).

Na busca por narrar a chegada da professora Cláudia Romana dos Santos à comunidade da Baixinha foi necessário elaborar um perfil dos sujeitos que poderiam e deveriam atuar enquanto colaboradores para atender às necessidades específicas do objeto dessa pesquisa, a atuação docente da professora Cláudia Romana dos Santos, precursora da escolarização formal na comunidade da Baixinha. Partindo dessa questão, decidimos elencar, para o cumprimento dessa tarefa, além de familiares, vizinhos e pessoas próximas, logicamente, alguns dos seus ex-alunos.

A professora Cláudia Romana dos Santos chegou à comunidade da Baixinha entre os anos de 1949-1950. Conta o senhor H. P. que essa mudança foi motivada pela necessidade de garantir a sobrevivência familiar, em virtude da impossibilidade de fazê-lo na fazenda Fragoso, em Pedrão, naquele período, marcado pelas sucessivas lavouras perdidas. Naquele contexto, foram, então, obrigados a vender sua terra e mudarem-se para a comunidade da Baixinha, Iará, onde possuíam um hectare de herança deixado também pelos pais da professora. Conforme a narrativa do colaborador H. P.:

Minha mãe era herdeira de uma terra aqui que foi dos meus avós, e lá no Fragoso foi do meu avô da parte do meu pai. Como era uma terra ruim, de

cascalho, celão e barro vermelho, a plantação não dava, lá era difícil a vida. (Entrevista concedida pelo senhor H.P, realizada em 06/12/18)

A migração de Cláudia Romana e sua família confirma as precárias condições de trabalho das professoras leigas. Se ela que, além de agricultora, era professora na comunidade migrou-se por uma questão de sobrevivência, podemos deduzir que o rendimento percebido com a atividade docente, não era, minimamente, suficiente para fazer frente à manutenção familiar. O recebido não garantia as condições para sobreviver. Nesse sentido, a atividade de agricultora se sobrepunha à de professora.

Ao chegar à comunidade da Baixinha, passou a morar em uma casinha de taipa simples e, logo, demonstrou, a partir de suas experiências anteriores, que a localidade da Baixinha não tinha recebido “apenas” mais uma moradora e, sim, alguém disposto a tentar transformar a realidade daquela comunidade. Pois essa ganhou não só uma nova habitante, mas uma grande mulher, protagonista de tantas histórias, uma grande líder para essa comunidade. Quanto à residência citada, sua casa, assim como as lembranças, ainda continua “de pé”.

Figura 12 - Casa da senhora Cláudia Romana dos Santos



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

A casa da professora Cláudia Romana possuía cinco cômodos: uma cozinha, um banheiro, dois quartos e uma sala maior, onde aconteciam as aulas. A precariedade do imóvel deixa patente a situação financeira difícil sob a qual vivia a família e que se estendia pelas condições em que as atividades escolares eram realizadas. A área externa dessa propriedade possuía um quintal que, algumas vezes, era utilizado para atividades escolares, quando a sala

se encontrava superlotada. Nos arredores da casa, ainda hoje, possuem algumas árvores frutíferas e antigas, e que, segundo o senhor H. P., quando estava no período da colheita dos frutos, essas contribuía para a merenda das crianças que ali estudavam.

Cláudia Romana construiu inúmeros laços de sociabilidade e afetividade, facilmente notados nas falas das pessoas que conviveram com ela, e que são nossos colaboradores nessa pesquisa. Por muitos anos, a sua casa tornou-se um lugar acolhedor, algo unânime em todos os relatos, que demarcaram essa mesma questão: “lá era o lugar de conversar, lá você chegava e conseguia aliviar as preocupações do dia a dia e sair leve, minha filha. Ela dava conselho à gente!”, relata a senhora D. R., que manteve por várias décadas uma relação de amizade com a professora Cláudia Romana dos Santos.

Nos dias atuais, essa casa pertence ao senhor H. P., seu filho, com quem conviveu até os últimos dias de sua vida. O espaço, que era destinado para a realização das aulas, tornou-se uma venda, onde H. P. comercializa suas bebidas e é um dos pontos mais frequentados pelos sujeitos da comunidade para colocar o “papo em dia” nos finais de tarde.

Foi através dos detalhes, dos olhares e gestos sensíveis que a professora Cláudia Romana conseguiu transformar a comunidade da Baixinha de forma simples e humanizada. Sempre atenciosa com todos, de acordo com outra de suas amigas longevas e próximas, no caso, a senhora G. M., para quem a professora Cláudia Romana também era uma companheira de rezas:

Na comunidade, não há quem fale mal de dona Cláudia. Ela ajudava a todo mundo que chegasse na casa dela! Ela era parteira também, minha filha. E rezava quando o pessoal chamava para rezar nas casas. Não tinha besteira! Ela tinha prazer de ajudar. (Entrevista concedida pela senhora G. M em 20/01/2019)

As falas da senhora G. M. reiteram a relação estabelecida pela professora Cláudia Romana com os sujeitos da comunidade que a acolheu. Sua casa tornou-se um espaço educativo e o lugar propício e hospitaleiro para aqueles que necessitavam de palavras acalentadoras e de conselhos. Dentro dessa perspectiva, Doris Bittencourt Almeida, no artigo intitulado “A educação rural como processo civilizador”, salienta que “não bastava só ensinar aos alunos, era importante ser um orientador, um conselheiro da comunidade, conhecer sua realidade. [...]. Os professores rurais se apresentam como guia, aquele que conduz a comunidade” (ALMEIDA, 2005, p. 291).

Cláudia Romana passou a desempenhar diversas funções nessa comunidade. Foi amiga, “de todas as horas”, rezadeira, enfermeira, prestando um serviço essencial à comunidade na

administração de medicamentos. Transformou a sua casa em um espaço de escolarização, desenvolvendo funções de zeladora, merendeira e professora. Esse acúmulo de funções era uma questão comum nas comunidades rurais e, mesmo em localidades urbanas e periféricas, naquela época, e até recentemente, na história da educação brasileira.

Era comum também que ela saísse pelas casas da localidade desenvolvendo as missões de ofício da Igreja Católica, organizando as trezenas de Santo Antônio nas casas dos fiéis mais idosos da comunidade, que não conseguiam mais participar do evento nas casas dos seus vizinhos. No Natal, tinha o mesmo carinho e devoção para rezar junto à comunidade pelo nascimento do menino Jesus. Festividades religiosas cultuadas nos moldes religiosos seguidos por ela e toda a comunidades de fiéis que frequentavam a capelinha do Alto do Santo.

A partir das memórias dos nossos colaboradores, podemos perceber a importância e o reconhecimento dos feitos de Cláudia Romana para a comunidade. Um outro campo que foi de efetiva atuação da professora esteve relacionado com a saúde da comunidade, setor em que prestou um serviço significativo na administração de medicamentos, na realização de partos e em outras atividades. As relações de Cláudia Romana com os vizinhos eram as melhores. A senhora D. R., falecida em 2019, uma das suas grandes amigas e vizinhas desde a sua chegada na fazenda Baixinha, descreveu sobre as relações de afetividade existentes entre elas:

Dona Cláudia também era parteira, quando ela morava lá na fazenda Fragoso, e, aqui, ela aparava muitas crianças. Quando alguém tinha os meninos em casa, assim que nascia, ela cortava o umbigo e curava do umbigo... assim como ela cuidou dos meus filhos e de toda a comunidade quando a gente precisava, era todo mundo ela arrumava até os remédios para dar. (Entrevista concedida pela senhora D. R, realizada em 06/12/2018)

A professora Cláudia Romana prestava serviços essenciais para aquela comunidade em prol da saúde desses sujeitos, que não possuíam condições de acessar cuidados médicos especializados. A interessante expressão “aparar menino”, que aparece na fala da colaboradora, faz uma referência ao parto natural, em casa. A parteira era a mulher que aparava a criança ao sair de sua mãe, aquela que não deixava cair, que segurava, a primeira pessoa de contato da criança no mundo exterior. Posteriormente, a mesma Cláudia Romana mediava a relação da criança com o mundo através do conhecimento escolar.

O seu conhecimento em relação a políticos e pessoas influentes do município de Irará, na época, possibilitou que ela pudesse intervir em relação a esse tipo de assistência para a comunidade. Segundo informações do nosso colaborador H. P, “o único curso que ela fez foi um curso com Dr. Deraldo, mas não teve o ‘diproma’. Mas, com o curso, ela pegava muitos

meninos aqui. Era parteira antiga”. Esse relato, por parte do seu filho, refere-se, na realidade, de um curso prático, provavelmente, ministrado de maneira informal, por um conhecido medico da cidade, o Dr. Deraldo Miranda Portela, que a ensinou a administrar medicamentos, bem como, aplicá-los nas pessoas que necessitassem.

A fala de senhora G. M. reforça a questão de uma das funções de Cláudia Romana para melhoria com relação a saúde das pessoas que moram nesse lugar:

Dona ‘Cradia’ era a parteira velha daqui, e dava as ‘injeção’ quando as pessoas tava doente ela dava injeção. Ela era muito prestativa sobre saúde, ela ensinou o filho depois que ela não estava conseguindo mais ir fazer, ‘apricar as injeção’. (Entrevista concedida pela senhora G. M em 20/01/2019)

A postura da professora Cláudia Romana, frente a todas as dificuldades enfrentadas por ela e principalmente pelas pessoas dessa comunidade, contribuiu, significativamente, para que, enquanto moradora, lutasse contra essa realidade em prol de melhorias, seja na educação e até mesmo na saúde. Ela estava engajada na busca por formas de contribuir. As atitudes da professora Cláudia Romana dos Santos mostram o perfil de uma mulher comprometida com a comunidade, em todos aspectos, a partir da ocupação de uma função de liderança.

O carinho e a atenção para aqueles com os quais convivia são facilmente expressados nas falas carregadas de sentidos e significados de cada depoente que ouvi, em cada sorriso de canto de boca ao recordar momentos vividos ao lado daquela mulher. Ouvir a senhora D. R. ao lembrar da admiração que ela sentia pela amiga, bem como, ouvi-la recordar de momentos partilhados com Cláudia Romana e das suas contribuições para a sua vida e a vida dos seus filhos demonstram o reconhecimento da sua importância e dos lugares ocupados por essa professora/agente de saúde/líder comunitária na vida dessas pessoas.

Entre essas funções, não poderiam passar despercebidos os papéis relativos à casa-escola, nas atribuições de zeladora, merendeira e porteira, as quais ela desenvolvia. Ao indagar o seu filho acerca dessas questões, ele salienta que:

Minha mãe fazia tudo nessa escola. Ela acordava cedinho para fazer a merenda das crianças, e essa merenda era ela mais os pais que podia dar um pouquinho de feijão e farinha que não fizesse falta na casa pra os meninos mesmo comer. Depois da merenda, ela arrumava tudo e colocava uma mesa bem grande que a gente tinha aqui para separar os lugar, os meninos era tudo buliçoso (risos). (Entrevista concedida pelo senhor H. P, realizada em 06/12/2018)

Algumas implicações, acerca da fala acima, evidenciam uma união existente entre os sujeitos da comunidade para a construção coletiva dessa casa-escola. Essa doação do pouco que

se tinha demonstra o desejo de ambas as partes por propiciar que essa escolarização se concretizasse, diante da compreensão da própria comunidade sobre a importância da educação escolarizada na vida desses sujeitos.

A organização de dona Cláudia Romana, na gestão do seu tempo e da delimitação dos lugares específicos para o desenvolvimento da educação em sua casa, fazia parte das suas estratégias para organizar-se nos espaços que ela dispunha e delimitar também os momentos em que ela era a professora e nos quais era mãe e esposa, separando as atribuições relativas à sua casa e da sua função enquanto professora.

Cláudia Romana possuía conhecimentos elementares sobre leitura e escrita, além de detectar um desejo da comunidade pela escolarização, o que acabou por contribuir para que ela transformasse a sua casa em um espaço de trocas e de difusão de conhecimento. Nesse sentido, mesmo considerando as particularidades de distinto tempo e espaço, podemos relacionar a iniciativa da professora Cláudia Romana dos Santos, com as que foram tomadas pelo professor Passos e Silva, estudado por Adriana Maria Paulo da Silva (2002), que criou uma escola com o objetivo de atender as crianças negras, no município da Corte Imperial, que se sentiam preteridas nas escolas públicas de primeiras letras. É, nesse sentido, que cem anos depois, conferimos similaridade com a iniciativa da professora Cláudia Romana ao criar a sua própria escola de primeiras letras.

A ação da mestre-escola Cláudia Romana, cem anos depois, revela a morosidade, fruto do descaso do Estado com a educação nacional. Visto que ela precisou transformar sua casa em escola porque não havia essa instituição na localidade e, desse modo, ela teve que exercer o magistério, em função da ausência de um profissional com formação adequada.

O mestre escola foi um “autorizados” para a difusão de um tipo de conhecimento normatizado que deveria caracterizar o “novo” professor primário, distinguindo-o dos seus antecessores, “os velhos” mestres escolas, e alguns conteúdos foram se transformando num corpo de saberes característicos dessa formação. (VILLELA, 2000, p. 109)

Assim, a escolarização na comunidade da Baixinha foi protagonizada pela iniciativa individual e solidária da professora Cláudia Romana, em sua casa, onde ela recebia os filhos e filhas de vizinhos e amigos que moravam próximos à sua residência e se dispunha a realizar o processo de escolarização desses sujeitos. A comunidade não possuía espaço adequado para a escolarização, no entanto, comungava do desejo por aprender a ler e a escrever, como foi possível observar em uma das nossas visitas à comunidade na expectativa por escutar dos moradores o que eles pensavam acerca da importância da escolarização. Assim, o lugar da

escolarização para as pessoas da comunidade se constituía enquanto o único caminho para uma mudança da sua própria realidade. Via-se a escolarização como o lugar de esperança para a vivência de dias melhores.

A fala de senhora G. M. reforça a questão de uma das funções de Cláudia Romana para melhorias com relação a saúde das pessoas que moravam nesse lugar:

Dona ‘Cradia’ era a parteira velha daqui, e dava as ‘injeção’ quando as pessoas tava doente, ela dava injeção. Ela era muito prestativa sobre saúde, ela ensinou o filho depois que ela não estava conseguindo mais ir fazer, ‘apricar as injeção’. (Entrevista concedida pela senhora G. M., realizada em 20/01/2019)

A postura da professora Cláudia Romana frente a todas as dificuldades enfrentadas por ela e principalmente pelas pessoas dessa comunidade, contribuíram significativamente para que, enquanto moradora, lutasse contra essa realidade em prol de melhorias, seja na educação e até mesmo na saúde. Ela estava engajada na busca por formas de contribuir. As atitudes da professora Cláudia Romana dos Santos mostram o perfil de uma mulher comprometida com a comunidade em todos aspectos, a partir da ocupação de uma função de liderança.

Sobre esse aspecto, a senhora G. M. relata a falta de escolas nas zonas rurais e a escolarização ofertada por Cláudia Romana:

Rosa, Maria e Janira, elas estudavam com Dona “Cráudia”, eu ia lá ver as meninas estudando bem pouco só quando tinha uma “pricisão”. Nesse tempo, não tinha prédio não, era na casa dela mesmo. Naquele tempo, era tudo mais difícil! Só tinha colégio na rua ou no Bento Simões, e a gente da roça não tinha condições de colocar os meninos. Aí depois, foi aparecendo esse prédio daqui de cima e foi melhorando as coisas. Mas era assim com dona “Cráudia”, a gente levava os meninos e ela ensinava. (Entrevista concedida pela senhora G. M., realizada em 20/01/2019)

Portanto, foi, nesse contexto, que se instituiu a escolarização na comunidade da Baixinha, a partir desse modelo de casa-escola adaptado pela professora Cláudia Romana. As análises de Rita de Cassia Carneiro (2018) acerca da construção dos espaços de escolarização salientam uma questão recorrente também no nosso estudo com relação à responsabilidade das próprias professoras pelo ensino. Em muitos casos, elas eram levadas a começarem a ensinar em sua própria casa diante do desejo dos pais em ofertarem a escolarização aos seus filhos, nutridos da esperança de proporcionar uma vida melhor para os jovens.

É, nesse sentido, que a casa-escola da professora Cláudia Romana dos Santos foi criada, para procurar atender a uma demanda por escolarização constituída através do desejo dessa

comunidade e, por vezes, negligenciada pelos poderes públicos. Nesse sentido, com relação à adaptação da casa da senhora Cláudia, tendo em vista a adequação desse espaço para o desenvolvimento das práticas escolares, ao descrever esse espaço, a senhora M. F., uma ex-aluna da professora Cláudia, assim nos relatou:

Eu me lembro que a aula acontecia na casa dela mesmo. Era assim, uma salona bem grande, duas salas, até hoje ainda tem! Tinha um quadro, e as bancas que era de dona Cláudia mesmo, não era de prefeitura. As mesas “era antiga e era dela também”. Era tudo bem simples mesmo, não era como agora. (Entrevista concedida pela senhora M. F., realizada em 20/01/2019)

A sala da casa da professora Cláudia Romana dos Santos, apesar de muito humilde, era espaçosa. Por isso, comportava uma banca de madeira e uma mesa enorme bem antiga, modelo que comumente era encontrado em propriedades da zona rural. Era ali o lugar em que aconteciam as práticas escolares. Entretanto, apesar do ambiente espaçoso, não era raro que ele se encontrasse “lotado” de estudantes, obrigando que, na impossibilidade de todos serem acomodados em bancos, tapetes fossem espalhados pelo chão para algumas crianças sentarem. Assim, tudo ocorria nessa grande sala na qual, para manter alguma separação de ambientes, colocava-se uma mesa em sentido horizontal.

Sobre essas necessárias improvisações, recorrentes nas casas escolares, Rita Carneiro se reporta da seguinte maneira:

As improvisações com o mobiliário inexistente, com a precariedade do ambiente em que funcionava a escola são uma constante nos relatos das professoras. Alguma cadeira pertencente à casa ou os bancos construídos pelos familiares para acomodar os alunos, sem quadro de giz, sem cadernos; a professora e os alunos precisavam driblar as adversidades para conseguirem realizar seu trabalho (CARNEIRO, 2018, p. 94).

Portanto, nessa observação de Carneiro (2018), com relação a precariedade desse espaço, podem ser observadas e relacionadas com as informações apresentadas pelos depoentes em nossa pesquisa, quando na seguinte afirmação da senhora G. M.:

Olha menina, era tudo tão simples lá na escola de “Cráudia”. A gente levava os meninos, “as vez”, “num” tinha nem lugar para sentar. Caderno, só quando a gente dava um jeitinho de comprar, porque dinheiro naquela época “é” difícil. Mas ela fazia tudo com tanto amor, que “os menino” aprendia, “minhas fia” quase tudo aprendeu a ler com ela (Entrevista concedida pela senhora G. M., realizada em 20/01/2019).

Professora Cláudia Romana dos Santos atendia em sua casa todas as crianças em recepção ao desejo dos pais que a procuravam com o intuito de conseguir ofertar aos seus filhos a tão sonhada instrução escolar, que, em sua grande maioria, não puderam receber. A escolarização, nessa comunidade, possuía extrema importância porque era um meio para uma desejada mudança social, possível, primordialmente, aos que estivessem escolarizados.

A professora Cláudia recebia os alunos nos dois turnos diurnos de forma alternada. De início, foi estabelecido com os pais os dias que a escola iria funcionar, no turno matutino e vespertino, em alguns dias da semana. Isso porque ela também desenvolvia atividades voltadas para agricultura, o que de certa forma provia o seu sustento, já que a escolarização ofertada por ela na comunidade da Baixinha tratava-se de uma iniciativa voluntária, pois aqueles alunos atendidos não tinham nenhuma condição de pagar pelo seu trabalho.

A casa-escola não estabelecia critério de idade para a entrada e permanência nos estudos. Assim, funcionava com uma multiplicidade de idades e, conseqüentemente, estágios de aprendizagem em leitura, escrita e aritmética.

Minha mãe tinha um quadro preto, acho que foi de quando a gente morava lá no Fragoso. Ela fazia assim, passava uma lista no meio: um lado era os “dever” dos “minino” mais adiantado, o outro era dos que quase não sabia nada. Eu aprendi a ler e escrever com ela e foi aqui na Baixinha, mas não tive como ir a frente nos “estudo” (Entrevista concedida pelo senhor H. P., realizada em 06/12/2018).

Conforme H. P., a professora Cláudia utilizava, como um meio de organização a divisão do quadro, de um lado atividades específicas para crianças menos avançadas e do outro, para as crianças que já dominavam algum tipo de conhecimento. Desse modo, os alunos iriam mudando de lugar conforme iam aprendendo.

As aulas ministradas pela professora Cláudia Romana dos Santos possuíam uma rotina para o início das atividades, que consistia em formar uma roda para orar o “Pai nosso”, como um meio de invocar a intercessão divina, para que acalmasse os ânimos das crianças. Em seguida, realizava-se o canto das músicas de “bom dia”, seguidas de diversas cantigas de roda. Logo após esse momento, as crianças eram colocadas em suas cadeiras e os que não conseguiam lugar nas cadeiras sentavam-se no chão da sala. Então, a professora iniciava as atividades no quadro negro.

A senhora G. M., em seu relato, salienta a importância de cada prática desenvolvida pela professora Cláudia Romana:

Antigamente os “minino” aprendia, chegava na escola e estudava mesmo. As minhas quatro fia mais velha aprendeu com “Craudia”. Ela ensinava muito bem, os “minino” tinha respeito por ela. Ah! mais não tinha isso de hoje que o “minino” responde a professora e ainda a mãe acha a professora errada. Antes tinha uns castigos e dona “Craudia” era um pouco “marvada”, colocava lá no milho ou “entonse” dava a palmatória e todo mundo aprendia e respeitava a professora. (Entrevista concedida pela senhora G. M., realizada em 20/01/2019)

O uso de castigos físicos por parte dos professores ainda era um meio utilizado para garantir a ordem na escola, assim como para garantir a atenção dos alunos. Essa prática, apesar de oficialmente proibida no Brasil desde o século XIX, permaneceu muito recorrente nas escolas brasileira em todo o século posterior, muitas vezes, com a autorização dos pais e responsáveis pelas crianças.

A prática de castigos por parte das professoras primárias neste período fazia parte da disciplina escolar, e era muito comum o uso da palmatória, da cadeira da vergonha, etc. Apesar da severidade ou dos castigos a que eram submetidas, as professoras concordavam com essa forma de ensino, pois acreditavam que era a melhor maneira de obrigarem os alunos a estudar e, conseqüentemente, aprender os conteúdos ensinados. (CARNEIRO, 2018, p.149)

Portanto, os castigos aplicados na escola da professora Cláudia Romana dos Santos, bem como os aplicados pelas professoras apresentadas nos estudos de Carneiro (2018), constituíam-se enquanto parte da disciplina escolar, além de serem consentidos pelos pais e, em muitas vezes, considerados por ambos como parte do processo educativo.

Assim, a professora Cláudia Romana ensinava aquelas crianças que não tiveram condições de pagar para estarem nas escolas existentes na zona urbana do município. Ela acolhia a todos em sua casa, lugar onde ela desenvolvia suas práticas de escolarização. Com relação a essas práticas, é possível perceber conforme a fala da senhora G.M.:

Primeiro se escrevia no quadro, a gente dava até um jeitinho de comprar um caderno, quando dava, que era tudo “difíci”, mas “Craudia” dava sempre aquele jeitinho. Seu Roldão era primo dela e sempre dava “arguma” coisa pra gente aqui. (Entrevista concedida pela senhora G. M., realizada em 20/01/2019)

A falta de recursos materiais, mesmo os mais simples, para o desenvolvimento da prática pedagógica obrigavam que a professora desenvolvesse atividades que pudessem contornar tal deficiência com a solicitação para que os alunos copiassem as lições com o que estivesse disponível.

Na fala anterior da senhora G. M., cabe destacar a referência a um primo da senhora Cláudia Romana, no caso, “Seu” Roldão. Tratava-se do senhor Roldão Victor dos Santos, que atuava na Prefeitura Municipal de Irará junto à Secretaria Municipal de Educação. A relação com esse parente, agregada ao fato da atuação comunitária da professora Cláudia, foi, anos mais tarde, elemento decisivo para a sua contratação como Auxiliar de Ensino/Professora Leiga pela Prefeitura de Irará, para atuar no sistema de ensino do município.

4.3 Cláudia Romana dos Santos: auxiliar de ensino/professora leiga do município de Irará

A multiplicidade de atividades realizadas pela professora Cláudia Romana dos Santos, na comunidade da Baixinha, não passou despercebida aos olhares dos líderes políticos do município de Irará. Ademais, o fato de ter uma relação de parentesco com o conhecido e politicamente influente Professor Roldão, possibilitou que, ao granjear apoio ao candidato do seu primo, no caso, Djalma Cerqueira Reis, nas eleições municipais de 1972, com a vitória desse, fosse agraciada com a contratação para atuar como Auxiliar de Ensino, com lotação na sua casa-escola na localidade da Baixinha.

A partir dos anos de 1970, os gestores do município de Irará, com a expansão do ensino, começam a observar as zonas rurais no intuito de instituir a escolarização no modelo bastante conhecido e já vivenciado por algumas comunidades, o modelo casa-escola. É, nesse cenário, que a escolarização proposta pela senhora Cláudia Romana, na comunidade da Baixinha, passou a ser financiada pela prefeitura, através da indicação do senhor Roldão Santos.

A pesquisa realizada no Arquivo Público Municipal, em princípio, foi marcada por um certo estranhamento por parte dos funcionários que, de início, não entenderam o que uma mestrandia pretendia ao procurar saber dos documentos relativos ao funcionamento das escolas e dos seus professores transcorridos quase meio século. Fato é que nos deparamos com uma situação caótica, a respeito da qual podemos destacar a condição calamitosa que se encontra a maioria dos arquivos educacionais e escolares no Brasil e que, na cidade de Irará, não foi diferente.

Por conta disso, passamos a buscar exaustivamente quaisquer fontes documentais relativas à casa-escola da professora Cláudia Romana, no período em que a mesma atuou como contratada da Prefeitura Municipal de Irará. Fato que, devido ao caráter lacunar dessas fontes escritas, foi impossível determinar concretamente, restando-nos tecer análises de acordo com os limites encontrados.

Mesmo diante das inúmeras dificuldades enfrentadas para encontrar indícios da presença da professora Cláudia Romana nas folhas de pagamento do município, a encontramos em alguns meses durante a gestão do prefeito Djalma Cerqueira dos Reis, entre os anos de 1973 a 1977. Em princípio, ela foi classificada como “auxiliar de ensino”, nomenclatura utilizada para se referir aos professores que não tinham formação em Estudos Pedagógicos, que, por sua vez, eram classificados como “professor formado”.

Figura 13 - Folha de pagamento referente ao mês de janeiro de 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ										
FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL EDUCAÇÃO CULTURAL (AUX. ENSINO CONTRATADOS) DO MÊS DE										
PAQUE-SE										
Em 1974										
JANEIRO DE 1974										
Números	N O M E S	Cargos	Verbas	Vencimentos	Adicionais	DESCONTOS		Total dos descontos	Líquido a Receber	RECIBO
1	Antonia dos S. Cerqueira	Aux. Ensino	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Antonia dos S. Cerqueira
2	Analia Miranda Macedo	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Analia Miranda Macedo
3	Celeste do Vale Moura	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Celeste do Vale Moura
4	Claudia Romana dos Santos	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Claudia Romana dos Santos
5	Clarice Miranda da Cerqueira	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Clarice Miranda da Cerqueira
6	Diva Martins Cerqueira	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Diva Martins Cerqueira
7	Miete Umbelina Macedo	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	98,00	Miete Umbelina Macedo
8	Jenelina Alves da Silva	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Jenelina Alves da Silva
9	Mãe da Conceição M. Martins	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Mãe da Conceição M. Martins
10	Mãe José Cerqueira de Jesus	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Mãe José Cerqueira de Jesus
11	Mãe Angelica R. dos Santos	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Mãe Angelica R. dos Santos
12	Mãe Lúcia da Silva Oliveira	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Mãe Lúcia da Silva Oliveira
13	Mariângela Portela Sousa	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Mariângela Portela Sousa
14	Roldão Vitor da Silva	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Roldão Vitor da Silva
15	Luiza Alves Ramos	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Luiza Alves Ramos
16	Valdina Maria dos Santos	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	Valdina Maria dos Santos
17	José Carlos Figueiredo	Idem	3.1.1.1	100,00				8,00	92,00	José Carlos Figueiredo
	Soma Cr.....			1.700,00				136,00	1.564,00	

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Para a realização da exposição das folhas de pagamento, optamos por usar apenas duas delas encontradas a cada ano, especificamente a primeira e a última do referido período. Ao analisarmos as folhas de pagamento que tivemos acesso, o que, inicialmente, nos chamou a atenção foi o valor do rendimento auferido pelo trabalho no magistério naquele período. Dessa maneira, ao obtermos a informação sobre os salários, apesar de sabermos que, provavelmente, tinham um valor real ainda menor do que os salários pagos atualmente aos profissionais que ocupam semelhante atividade (auxiliares de ensino), pretendemos estabelecer alguma relação de equivalência para os dias atuais.

Posto isso, encontramos, na folha referente ao mês de fevereiro de 1974, a informação que a auxiliar de ensino Cláudia Romana dos Santos, recebera um salário da ordem de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Com o objetivo de tentarmos estabelecer algum parâmetro relativo ao poder aquisitivo que tal rendimento possuía no período, decidimos estabelecer uma relação com

o valor do salário mínimo à época. Então, no mês questão (fevereiro de 1974), o salário mínimo, vigente desde 01/05/1973, fora estabelecido em Cr\$ 312,00. Dessa maneira, a auxiliar de ensino Cláudia Romana, assim como as demais auxiliares de ensino, recebiam o equivalente a 32,05% do valor estabelecido como remuneração mínima que qualquer trabalhador(a) deveria receber após um mês de trabalho. Ainda no ano de 1974, novamente em 1º de maio, o salário mínimo foi reajustado para Cr\$ 376,80, assim como também foram os vencimentos pagos pela Prefeitura Municipal de Iará, passando para Cr\$ 120, 00 (cento e vinte cruzeiros). Entretanto, como o índice de reajuste aplicado pela prefeitura foi menor do que fora aplicado pelo governo federal para correção do salário mínimo, em termos percentuais, as auxiliares de ensino de Iará passaram a ser remuneradas com o equivalente a apenas 31,84% do salário mínimo.

Ainda tentando entender, diante das inúmeras “peripécias”, os planos econômicos e mudanças de moeda, o que poderíamos estabelecer como correspondência mais atual dos valores acima apresentados, decidimos indexá-los ao dólar, mesmo considerando o caráter aleatório de fazer tal relação. Sendo assim, o salário mínimo de fevereiro de 1974, equivalia a aproximadamente US\$ 49,71. Em agosto daquele mesmo ano, equivalia a US\$ 53,56. Os salários recebidos pelas auxiliares de ensino, durante os meses citados correspondia a US\$ 15,77 e US\$ 17,09, respectivamente. Ou seja, apenas para termos uma noção, esses valores convertidos para a moeda nacional atual (o real), de acordo com a cotação do dólar do dia 15/09/2020 equivalem a algo entre R\$ 83,11 (oitenta e três reais e onze centavos) e R\$ 90,08 (noventa reais e oito centavos). Assim, não podemos deixar de registrar o valor irrisório de tais rendimentos.

Cabe aqui registrar, ainda de acordo com as folhas de pagamento, que a situação profissional das auxiliares de ensino, entre elas, Cláudia Romana dos Santos, era manifestadamente transitória, pois, no documento citado, é demonstrado que tais funcionários eram contratados. Ou seja, eles não tinham qualquer estatuto de estabilidade no trabalho, estando à mercê dos oscilações político-eleitorais do município. Nesse sentido, consideramos adequado fazer uma pequena digressão de que, mesmo passados quase meio século, essa prática continua rotineira nos municípios brasileiros.

Figura 14 - Folha de pagamento referente ao mês de outubro de 1974

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ					PAGUE-SE		Em Outubro DE 1974		
FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL EDUCAÇÃO E PREFEITURA (CONTRATADAS)					DO MÊS DE Outubro		DE 1974		
Números	N O M E S	Cargos	Verbas	Vencimentos	Adicionais	DESCONTOS	Total dos descontos	Líquido a Receber	RECIBO
01	Antônia dos Santos Cerqueira	Aux. Arroz	3.1.1.1.	120,00		8,60	9,60	110,40	Antônia dos Santos Cerqueira
02	Amélia Miranda Macedo	Aux. José		120,00			9,60	110,40	Amélia Miranda Macedo
03	Celeste do Vale Moura	Idem		120,00			9,60	110,40	Celeste do Vale Moura
04	Claudia Romana dos Santos	Idem		120,00			9,60	110,40	Claudia Romana dos Santos
05	Clarice Miranda de Cerqueira	S. Velho		120,00			9,60	110,40	Clarice Miranda de Cerqueira
06	Miva Martins Cerqueira	Cateia		120,00			9,60	110,40	Miva Martins Cerqueira
07	Eliete Umbelina Macedo	Idem		120,00			9,60	110,40	Eliete Umbelina Macedo
08	Japonia Alves Silva	Idem		120,00			9,60	110,40	Japonia Alves Silva
09	Mª Conceição M. Martins	S. Simões		120,00			9,60	110,40	Mª da Conceição M. Martins
10	Mª Angélica R. dos Santos	Idem		120,00			9,60	110,40	Mª Angélica R. dos Santos
11	Marinalda Portela Sousa	S. Varzea		120,00			9,60	110,40	Marinalda Portela Sousa
12	Luiza Alves Ramos	Idem		120,00			9,60	110,40	Luiza Alves Ramos
13	Valdeira Maria dos Santos	Idem		120,00			9,60	110,40	Valdeira Maria dos Santos
14	Mª Antonieta Bitencourt	Satequente		120,00			9,60	110,40	Mª Antonieta Bitencourt
15	Mª Rosa C. de Silva	Sobrado		120,00			9,60	110,40	Mª Rosa C. de Silva
16	Maria das Graças Santos Sá	Idem		120,00			9,60	110,40	Maria das Graças Santos Sá
17	José Vitor da Silva	Idem		120,00			9,60	110,40	José Vitor da Silva
18	Antonio Gomes de Jesus	Idem		120,00			9,60	110,40	Antonio Gomes de Jesus
S O M A			9.8	2.160,00			172,80	1.987,20	

Prefeitura Municipal de Irará de outubro de 1974

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Conforme já afirmamos anteriormente ao tratarmos do caráter lacunar das fontes em virtude da falta de seriação dos documentos guardados nos órgãos oficiais que pesquisamos, não conseguimos encontrar qualquer documento oficial relativo ao ano de 1975. Assim, consideraremos somente os anos em que Cláudia Romana dos Santos foi identificada nas folhas de pagamento, a saber: 1974, 1977, 1978, 1979.

No ano de 1975, não encontramos nenhuma folha de pagamento relativa à “pasta” da educação, o que, por vezes, pode ser justificado pelo descaso quanto ao cuidado com os arquivos públicos. Portanto, cabe ressaltar que diversas lacunas foram encontradas no momento da realização das pesquisas, como, por exemplo, a existência de folhas de pagamento que em determinados momentos obedeciam a ordem alfabética, em outros não, além do fato de que, quando localizadas, essas folhas se encontravam em discordância com a quantidade de escolas em funcionamento no período, especificamente aquelas localizadas nas zonas rurais. Notamos também que a falta de um horário fixo para o funcionamento do arquivo público, muitas vezes, atrapalhou o acesso da pesquisadora à aquela instituição.

Contudo, podemos inferir que a falta desses registros nos anos de 1975 não pode ser considerada como sinal de não-permanência de Cláudia Romana no ensino, pois as lacunas encontradas nos próprios documentos quando, vez ou outra ela foi ou não identificada, nas de folhas de pagamento. A condição de contratada de Cláudia Romana, através de prestígio e atuação político-eleitoral na campanha de Djalma Cerqueira Reis, nos possibilitou inferir que,

mesmo não sendo encontradas, nas folhas de pagamento referentes a toda a categoria de professores do município de Irará, muito provavelmente, constava o nome da Professora Cláudia Romana entre os documentos extraviados/perdidos.

Figura 15 - Folha de pagamento referente a agosto de 1976

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ									
FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL EDUCAÇÃO CULTURA (AUX. ENSINO NOMEADAS) DO MÊS DE AGOSTO DE 1976									
Números	N O M E S	Cargos	Verbas	Vencimentos	Adicionais	DESCONTOS	Total dos descontos	Líquido a Receber	RECIBO
01	Aquillina Emilia de Cerqueira	Aux. ensino Cacimba	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Aquillina Emilia de Cerqueira
02	Antonieta Lima de Miranda	Idem Cacimba	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Antonieta Lima de Miranda
03	Alzira Cerqueira das Neves	S. Antonio	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Alzira Cerqueira das Neves
04	Aurelina Alves dos Santos	Idem	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Aurelina Alves dos Santos
05	Carmelita dos Santos Santana	S. Capim	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Carmelita dos Santos Santana
06	Celestina Ferreira de Souza Cerqueira	Idem	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Celestina Ferreira de Souza Cerqueira
07	Delza Pereira Cerqueira	F. Mato	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Delza Pereira Cerqueira
08	Gustavo Costa da Silva	Idem Juazeiro	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Gustavo Costa da Silva
09	Inês Martins de Lima	Idem B. Simões	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Inês Martins de Lima
10	Joana Maria de Jesus	Idem Sr. Velho	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Joana Maria de Jesus
11	Juvita Marinho de Cerqueira	Idem Pinheiro	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Juvita Marinho de Cerqueira
12	Maria José Sena Cerqueira	Idem S. Capim	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Maria José Sena Cerqueira
13	Maria Baccelar da Silva	Idem Freguica	3.1.1.1	326,90	ref. ao mês de julho e agosto	-	-	653,80	Maria Baccelar da Silva
14	Mª José de Almeida Carqueira	Idem Hoco	3.1.1.1	326,90	ref. a agosto	-	-	326,90	Mª José de Almeida Carqueira
15	Maria de Lourdes Santos	Idem Roosevelt	3.1.1.1	326,90	ref. ao mês de julho e agosto	-	-	653,80	Maria de Lourdes Santos
16	Maria Ilza Ferreira de Castro	S. Antonio	3.1.1.1	326,90	ref. ao mês de agosto	-	-	326,90	Maria Ilza Ferreira de Castro
17	Maria Moura Batista	Idem Juazeiro	3.1.1.1	326,90	ref. ao mês de julho e agosto	-	-	653,80	Maria Moura Batista
18	Mª de Lourdes Aquino Araujo	Idem Murici	3.1.1.1	326,90	ref. a agosto	-	-	326,90	Mª de Lourdes Aquino Araujo
19	Maria São Pedro de Jesus	Idem S. Antonio	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Maria São Pedro de Jesus
20	Mª José Cerqueira de Jesus	S. Velho	3.1.1.1	326,90	-	-	-	326,90	Mª José Cerqueira de Jesus

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Em 1976, identificamos três folhas de pagamento relativas aos meses de agosto, setembro e dezembro, nas quais, infelizmente, não constava nome da professora Cláudia Romana. Com relação a essas “folhas”, um detalhe na referente ao mês de agosto destaca o pagamento relativo a meses anteriores, fato que, provavelmente, pode ter ocorrido também em outros meses e com outros profissionais. Nesse destaque, o que queremos demarcar são as lacunas encontradas nas folhas e que, apesar delas, conseguimos enveredar por diversas perspectivas na compreensão do que realmente acontecia na educação oferecida às comunidades rurais do município de Irará.

O ano de 1977 foi aquele no qual encontramos a maior quantidade de folhas de pagamento, relativas a cinco meses, onde constavam os rendimentos recebidos pela professora leiga Cláudia Romana: janeiro, fevereiro, março, abril e julho. Durante os quatro primeiros meses, o salário recebido pela professora foi de Cr\$ 326,90, quando o salário mínimo em vigência era de Cr\$ 768,00. Esse fato significava que esses(as) profissionais receberam nesses meses 42,56% do salário mínimo, índice que, praticamente, se manteve quando o salário mínimo foi reajustado, em 01/05/1977, para Cr\$ 1.106,40, e o vencimento das/os professoras/es

leiga/os, para Cr\$ \$73,00. Esses vencimentos oscilaram entre US\$ 25,96 e US\$ 32,50, o que de acordo com a correção que ora utilizamos, seria algo equivalente atualmente a algo entre R\$ 136,81, em janeiro de 1977, e de R\$ 171, 27, em julho do mesmo ano.

Outro dado observado consiste na maioria dos nomes dos prestadores de serviço nas folhas de pagamento serem, majoritariamente, femininos. Tratavam-se de professoras leigas e, provavelmente, mães. Fato, de certo modo, comum diante da feminização do magistério, dada através da saída dos homens das salas de aula do ensino primário, algo que se manifestava desde meados do século XIX, criando condições para que o magistério, sobretudo das primeiras letras, se convertesse em um espaço profissional, quase exclusivamente, feminino. Outro ponto também importante para refletir sobre a feminização do magistério está relacionado com a remuneração do professor, pois as mulheres ganhavam bem menos do que os homens, o que fazia com que a expansão do ensino tivesse um menor custo quanto ao pessoal.

Esse fato nos auxilia a avaliar as folhas de pagamentos relativas ao ano de 1977, tendo em vista que nos deparamos com a realidade de, em meio a dezessete professores leigos, apenas um deles ser do sexo masculino, acentuando, cada vez mais, essa presença feminina no magistério, principalmente no ensino primário.

Figura 16 - Folha de pagamento referente ao mês de janeiro de 1977

2.04 - 31.11 - 1977

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ

FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL (A T. ENSINO CONTRATADAS) DO MÊS DE JANEIRO DE 1977

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO
PAGUE-SE
Em 28/02/77
H. H. H. H.
DE 1977

Números	N O M E S	Cargos	Verbas	Vencimentos	Adicionais	DESCONTOS			Total dos descontos	Liquido a Receber	R E C I B O
						I	P	S			
01	Antonia de Jesus Carneira	A.T. Ensino	idem	326,90	-				26,15	300,75	Antonia de Jesus Carneira
02	Antonio Gomes de Jesus	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Antonio Gomes de Jesus
03	Alice Carneiro de Souza	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Alice Carneiro de Souza
04	Amélia Miranda Macedo	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Amélia Miranda Macedo
05	Deloste do Vale Moura	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Deloste do Vale Moura
06	Claudia Romana dos Santos	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Claudia Romana dos Santos
07	Claudia Alves Figueiredo	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Claudia Alves Figueiredo
08	Diva Martins Cerqueira	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Diva Martins Cerqueira
09	Irene Gonçalo Pereira	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Irene Gonçalo Pereira
10	José Bispo de Jesus	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	José Bispo de Jesus
11	Jercina Lima Santana	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Jercina Lima Santana
12	José Raimundo Souza Cerqueira	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	José Raimundo Souza Cerqueira
13	Josilda dos Santos Brandão	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Josilda dos Santos Brandão
14	M. da Conceição Moura Martins	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	M. da Conceição Moura Martins
15	Maria Antonieta Ribencourt	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Maria Antonieta Ribencourt
16	Maria Angélica dos Santos Silva	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Maria Angélica dos Santos Silva
17	Maria da Glória Lima Ribeiro	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Maria da Glória Lima Ribeiro
18	Maria José Cerqueira dos Santos	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Maria José Cerqueira dos Santos
19	Maria das Graças Moura Martins	idem	idem	326,90	-				26,15	300,75	Maria das Graças Moura Martins
	TRANSCORRIDA			6.538,00					523,00	6.015,00	

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Em 1977, a remuneração dos professores leigos girava em torno de Cr\$ 326,90, e todos os profissionais referidos na folha de pagamento atuavam nas zonas rurais do município. Demonstrando que, na cidade de Irará, até os anos finais da década de 1970, o ensino público primário era de responsabilidade dos professores e professoras leigos, que, em sua maioria, recebiam muito pouco pelo seu trabalho. Assim, diante das observações realizadas anteriormente nos relatos orais, percebe-se que esses profissionais possuíam péssimas condições de trabalho, o que implicava na sua prática pedagógica, na falta de matérias e insumos necessários para o desenvolvimento das aulas.

Voltando à análise específica da folha de pagamento referente ao mês de julho de 1977, deparamo-nos com uma folha contendo apenas sete profissionais referidos como professores leigos. As folhas dos meses anteriores tinham um quantitativo entre dezenove e vinte professores, o que deixa transparecer a existência de outras folhas de pagamento referentes ao mesmo mês, diante da variação nítida da quantidade do pessoal contratado, demonstrada pela disparidade entre o quantitativo de julho e os demais meses daquele ano.

Figura 17 - Folha de pagamento referente ao mês de julho de 1977

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ		FUNDO DE PARTICIPAÇÃO								
FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL				DO MÊS DE JULHO DE 1977						
Números	NOMES	Cargos	Verbas	Vencimentos	Adicionais	DESCONTOS		Total dos descontos	Liquido a Receber	RECIBO
						IPSA 0%	06/77			
01	Cláudia Romana dos Santos	PROFESSOR LEIGO	31.11,01	473,00	--	37,84	--	37,84	435,16	
02	Irene Gonçalves Pereira	"	31.11,01	473,00	--	37,84	--	37,84	435,16	Irene Gonçalves Pereira
03	Jóbelina Rodrigues da Luz	"	31.11,01	473,00	--	37,84	--	37,84	435,16	Jóbelina R. da Luz
04	Josefina Pereira de Oliveira	"	31.11,01	473,00	--	37,84	--	37,84	435,16	Josefina Pereira de Oliveira
05	José dos Santos Sousa Carqueira	"	31.11,01	473,00	--	37,84	--	37,84	435,16	José dos Santos Sousa Carqueira
06	Idalina Batista dos Santos	"	31.11,01	473,00	--	37,84	--	37,84	435,16	Idalina Batista dos Santos
07	Valdete Lopes Nogueira	"	31.11,01	473,00	--	37,84	--	37,84	435,16	Valdete Lopes Nogueira
TOTAL				2.838,00		227,04		227,04	2.610,96	
// IMPORTA A PRESENTE FOLHA DE PAGAMENTO DE DOIS MIL, OITOCENTOS E DOIS CENTOS E NOVENTA E SEIS CRÉDITOS //										
IRARÁ, 29 de julho de 1977.										
TEO. B. R. M.										

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Especificamente quanto aos anos em que novamente obtivemos informações acerca do rendimento salarial de Cláudia Romana, precisamos destacar que, a partir do ano de 1978, a cidade de Irará tinha um novo prefeito, o senhor João Lopes dos Santos, que havia sido apoiado pelo antecessor. Assim a gestão municipal, permanecia sob o controle do mesmo grupo político. Já com relação às folhas de pagamento nas quais verificamos a remuneração recebida por Cláudia Romana dos Santos (março e abril), inicialmente, identificamos uma mudança de nomenclatura que, inclusive, utilizamos no título do presente subcapítulo, “Professora leiga”, uma categoria profissional que, durante muito tempo, foi utilizada para se referir àqueles(as) profissionais que eram conhecidos(as) e reconhecidos(as) por aquilo que pode ser chamado de “domínio profissional prático”, mas que demarcava a diferença entre esses profissionais e aqueles que haviam adquirido um *status* profissional, denominados(as) “professores(as) formados(as)”.

Outro dado relativo à folha de pagamento do mês e ano em questão, trata-se da relação entre o rendimento salarial recebido pela professora leiga Cláudia Romana dos Santos em relação ao salário mínimo então vigente. Dessa maneira, o salário mínimo em vigor até o dia 30 de abril de 1978 foi de Cr\$ 1.106,40, enquanto nos meses de março e abril daquele ano, o

salário bruto recebido pelos profissionais fora de Cr\$ 473,00, sob o qual ainda havia o desconto de 8% relativo ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em termos percentuais, o rendimento bruto mensal era, nos meses citados, equivalente a 42,76% do salário mínimo em vigor no país e fazendo a indexação em abril de 1978, o valor correspondia a US\$ 27,40 que, utilizando a cotação da data já citada (15/09/2020), seria equivalente a R\$ 144,40.

Mesmo com toda essa situação delicada salarialmente, cabe o adendo que, em 01/05/1978, o salário mínimo foi reajustado para Cr\$ 1560,00, mas não sabemos se o reajuste da prefeitura ocorreu no mesmo mês, o que pode ter, durante certo tempo, estabelecido uma relação ainda mais distorcida em relação ao salário mínimo.

No ano posterior, o último em que encontramos a professora leiga Cláudia Romana dos Santos nas folhas de pagamento a que tivemos acesso (junho/1979), o salário mínimo em vigor era de Cr\$ 2.268,00 enquanto o salário recebido pelas professoras leigas da cidade de Irará era de Cr\$ 992,00, ou seja, 43,76% do menor rendimento que deveria ser pago a um(a) trabalhador (a). No caso, esse salário equivaleria a US\$ 38,68 ou, na atualização que fazemos para o real em 15 de setembro de 2020, R\$ 203,84, o maior valor real encontrado.

Relativo aos rendimentos relativos dos(as) profissionais de educação, fossem estes(as) professores(as) diplomados(as) ou leigos(as), decidimos, para evitar incorrer em um risco de leviandade, realizar outra espécie de comparação entre os rendimentos auferidos pelos(as) docentes e os gestores do município, no ano de 1979. Entretanto, cabe aqui realizarmos a necessária explicação, uma vez que, em virtude das folhas de pagamento que encontramos se tratarem de meses distintos do ano de 1979, a saber: as folhas dos professores(as) leigos(as) eram relativas ao mês de junho; professores(as) diplomados(as), setembro; e o prefeito da cidade, novembro. Além disso, temos que considerar que, em virtude do processo inflacionário mais “agressivo”, o salário mínimo que, até então, era reajustado anualmente, em 1979, passou a sofrer alterações semestrais em 1º de maio e em 1º de novembro. Dessa maneira, o salário mínimo foi de Cr\$ 1.568,00 até 30/04/1979 e de Cr\$ 2.268,00 até 31 de outubro do mesmo ano, quando aumentou para Cr\$ 2.932,80.

Diante do exposto, optamos por estabelecer relação entre os salários das categorias acima, com o salário mínimo em vigor no mês correspondente. Dessa maneira, já sabemos que o salário dos(as) professores(as) leigos(as) equivalia a 43,76% do salário mínimo em junho. Por sua vez, o salário dos(as) professores(as) diplomados(as), em setembro de 1979, fora de Cr\$ 1.660,00, equivalente a 73,20% do salário mínimo, enquanto que os vencimentos do prefeito de Irará, recebidos no mês de novembro daquele ano, era 286% acima do salário mínimo, o

que, convenhamos, não se tratava de um “salário astronômico”, se utilizarmos o mesmo critério de conversão, o gestor municipal receberia R\$ 2.160,70.

Por fim, todo esse exercício de conversão de valores visa, tão somente, estabelecer uma relação de comparação quanto aos valores recebidos. Infelizmente, desconsiderando, conforme os limites dessa pesquisa, o que esses rendimentos salariais correspondiam em valor de compra ou capacidade de consumo.

Figura 18 - Folha de pagamento dos gestores do município em fevereiro de 1979.

Prefeitura Municipal de Irara 02044
FÓLHA DE PAGAMENTO PESSOAL AD. ADMINISTRAÇÃO DE PLANEJAMENTO - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO MÊS FEV/79 ANO 1979

Nº	NOME	CARGO	VERBA	VALOR LÍQUIDO	VERBA REPLENTE/PAJTO	DESCONTOS		Líquido a Receber	RECIBO
						Total dos descontos			
01	ALBERTO FREIDA DE SAUTADA	Prefeito	01101	2.803,50	560,70			3.364,20	
02	JOSÉ LOPES DOS SANTOS	Prefeito	01101	5.607,00	2.803,50			8.410,50	
	TOTAL.....			8.410,50	3.364,20			11.774,70	
// DEPÓSITO A FAVOR DA FÓLHA DE PAGAMENTO DE ONZAS DEL... 22 DE FEVEREIRO DE 1979.									

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Figura 19 - Folha de pagamento referente a junho de 1979

Prefeitura Municipal de Irara 01047 FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA MÊS JUNHO ANO 1979									
Nº	NOME	CARGO	VALOR	VENCIMENTO	DESCONTOS		Total dos descontos	Líquido a Receber	RECIBO
					IR 8 8%				
01	ANTÔNIA MARIA DE OLIVEIRA	Prof. Leigo	311101	992,00			79,36	912,64	Antônia Maria de Oliveira
02	ANTÔNIA LINA DE MIRANDA	"	"	992,00			79,36	912,64	Antônia Lina de Miranda
03	ALBERTO CARNEIRO DOS REIS	"	"	992,00			79,36	912,64	Alberto Carneiro dos Reis
04	ANDRÉIA ALVES DOS SANTOS	"	"	1.984,00			158,72	1.825,28	Andréia Alves dos Santos
05	ALATHE MIRANDA CARDOSO	"	"	992,00			79,36	912,64	Alathe Miranda Cardoso
06	CAROLINA DOS SANTOS CASTANA	"	"	992,00			79,36	912,64	Carolina dos Santos Castana
07	CHELESTIA FERREIRA DE JESUS CARVALHO	"	"	992,00			79,36	912,64	Chelestia Ferreira de Jesus Carvalho
08	DELA FERREIRA CARVALHO	"	"	992,00			79,36	912,64	Dela Ferreira Carvalho
09	GUSTAVO COSTA DE SILVA	"	"	1.984,00			158,72	1.825,28	Gustavo Costa de Silva
10	IRMA MARTIN DE LIMA	"	"	992,00			79,36	912,64	Irma Martin de Lima
11	JOSÉ MARIA DE JESUS	"	"	992,00			79,36	912,64	José Maria de Jesus
12	MARIA JOSÉ CARNEIRO DE JESUS	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria José Carneiro de Jesus
13	MARIA SOCORRA DE SILVA	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria Socorra de Silva
14	MARIA JOSÉ DE ALMEIDA CARVALHO	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria José de Almeida Carvalho
15	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	"	"	1.984,00			158,72	1.825,28	Maria de Lourdes dos Santos
16	MARIA IZOL FERREIRA COSTA	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria Izol Ferreira Costa
17	MARIA REGINA BATISTA	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria Regina Batista
18	MARIA DE LOURDES ANTONIO ALBUQUERQUE	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria de Lourdes Antonio Albuquerque
19	MARIA JOSÉ FERREIRA DE JESUS	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria José Ferreira de Jesus
20	MARIA JOSÉ DE ALMEIDA CARVALHO	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria José de Almeida Carvalho
21	MARIA REGINA DOS SANTOS COSTA	"	"	992,00			79,36	912,64	Maria Regina dos Santos Costa
22	LUIS MARTINS BARRETO	"	"	992,00			79,36	912,64	Luis Martins Barreto
23	VALDIR ALVES DE LIMA	"	"	1.984,00			158,72	1.825,28	Valdir Alves de Lima
TOTAL A TRANSFERIR R\$/VAL. 000.....				06.784,00			2.142,72	4.641,28	

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 20 - Folha de pagamento dos(as) professores(as) diplomados(as)

Prefeitura Municipal de Irara 01678 FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA MÊS JUNHO ANO 1979									
NOME	CARGO	VALOR	VENCIMENTO	DESCONTOS		Total dos descontos	Líquido a Receber	RECIBO	
				IR 8 8%					
MARCELO CARLOS DE OLIVEIRA	Prof. Diplomado	311101	1.664,00			133,12	1.530,88		
VALDIR ALVES DE LIMA	"	311101	1.984,00			158,72	1.825,28		
TOTAL.....				3.648,00			291,84	3.356,16	

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

4.4 A professora leiga Cláudia Romana dos Santos e o seu cotidiano

Dentre as atividades executadas na casa-escola da professora Cláudia Romana dos Santos, seguramente, a mais recorrente, nas diversas entrevistas, foi a merenda preparada e servida pela mesma aos seus alunos. A merenda servida na escola, inicialmente, era fruto da acumulação das contribuições dela própria e de alguns pais, quando da iniciativa voluntária para o funcionamento da escola. Posteriormente, a origem desses alimentos foi substituída pela disponibilização deles, bem como do material de limpeza, por parte da Prefeitura Municipal.

A merenda escolar, assim como os produtos de limpeza entregues pela prefeitura para a casa-escola da professora em questão, se constituía enquanto uma espécie de subsídio especial da prefeitura, como nos salientou seu filho: “a prefeitura dava a merenda ‘compreta!’. Quem ‘cuziava’ era minha mãe, as ‘veis’ vinha aquelas comidas: carne de sertão, farinha, feijão, milho ‘muído’, biscoito e as ‘veis’ vinha a rapadura também”. Dessa forma, a merenda escolar constituía-se em algo de extrema importância para a manutenção de muitos dos alunos no próprio espaço escolar. Principalmente, quando levamos em consideração a situação do entorno da casa-escola e a realidade dos alunos aos quais a professora Cláudia atendia. Para alguns dos alunos, estar na escola era garantia de uma refeição, algo recorrente nas palavras dos ex-alunos.

Tinha uma merenda e era muito boa, era ela mesmo que fazia antes da gente chegar, ainda depois da aula arrumava tudo no lugar. Aqueles ‘caldeirão’ assim cheio de merenda e uma merenda gostosa mesmo, as ‘veis’ a gente ia para escola para render a comida de casa. (Entrevista concedida pelo senhor J. R., realizada em 20/01/2019)

Uma coisa que não faltava lá na escola era a merenda... tinha dia que era um feijão com aquela carne de sertão ou um peixe gostoso... eu mesmo não faltava! Já tinha uns dias que era uma rapadura era mais ruim, a gente já reclamava. (Entrevista concedida pela senhora M. T., realizada em 20/01/2019)

Além dos insumos de higiene e alimentação recebidos pela professora Cláudia, a prefeitura também fornecia material didático. Nesse segundo momento da escolarização na comunidade da Baixinha, também encontramos várias referências de ex-alunos(as) da utilização tanto das cartilhas, como do “livro de tabuada”: “A gente começava pelo ABC infantil e a tabuada, todo dia era assim”. Ao questionar e apresentar a figura referente à cartilha à senhora M. F., ela a reconhece: “foi esse sim, o livro que aprendi a ler e escrever!”.

Figura 21 - Cartilha utilizada para alfabetizar



Fonte: Pedagogia ao Pé da Letra¹⁴

A cartilha constituía-se enquanto um norteador das práticas educativas dos(as) professores(as), uma possibilidade para melhorar e de uniformizar o ensino ministrado pelos(as) professores(as) leigos(as). Na casa-escola da professora Cláudia, seu uso foi constante, tanto no período anterior à sua contratação, tanto quando a mesma atuou como professora municipal:

Tinha uns livros que ela usava, eu lembro muito bem, era ABC infantil, aquele livro pequeno do maiúsculo e minúsculo, tabuada e cartilha e eu ainda lembro que a cartilha era de Paulo e Rosa. Essa cartilha tinha os desenhos de Paulo e Rosa. Aí depois da cartilha de Paulo e Rosa, a gente tinha que recordar para passar para outra. A gente tinha que estudar, se não soubesse aquelas letras todas, não podia passar para a outra (Entrevista concedida pela senhora M. T., realizada em 20/01/2019).

Os personagens, citados pela colaboradora, não foram encontrados durante a pesquisa que realizamos sobre as cartilhas utilizadas no período. Em princípio, cogitamos que se tratasse da conhecida “Caminho Suave”, mais além da imagética positiva, quando disponibilizamos reproduções da Cartilha em questão.

O recurso de disponibilizar a imagem das capas também foi utilizado quanto ao método do ABC e da Tabuada, ambas identificadas positivamente por nossos colaboradores. Mas, nesse

¹⁴ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=cartilha+utilizada+para+alfabetizar+metodo+do+ABC>. Acesso em: 15 ago. 2020.

caso, deve-se considerar que essas capas são utilizadas há várias décadas, sendo inclusive, produzidas até hoje.

Figura 22 - Tabuada



Fonte: *Google*¹⁵

O uso da tabuada estava atrelado à memorização, uma prática corrente desde tempos remotos, que se perpetuou por séculos nas práticas de instrução. Muitas vezes, a “tomada” da tabuada de dava durante a famosa “sabatina” (termo que remonta às correções das lições da semana que se realizava aos sábados), onde não era permitido errar os cálculos, sob o risco de ser castigado, inclusive, com o uso da palmatória.

A concepção pedagógica da época e os modos de ser e fazer da escola, que foram se consolidando ao longo do tempo, nos quais a disciplina era imposta, muitas vezes por castigos físicos, com o uso da palmatória, instrumento muito utilizado pelos professores como objeto disciplinador e auxiliar da aprendizagem, principalmente da matemática. (CARNEIRO, 2018, p. 147)

A aplicação dos castigos ainda se constituía em uma prática recorrente e tolerada, especialmente, no caso do magistério da professora Cláudia Romana, no período anterior à sua contratação pela Prefeitura Municipal de Iará.

Não tinha medo não, a senhora sabe, né? Sempre existiu “minino traquino”, né? E “minino”, quando “traquina”, já sabia, ficava de castigo para aprender e ninguém tinha medo de falar com ela não, porque ela tratava todo mundo direito. Quando tinha que botar no castigo, era “ajueiado” no milho, ou aquela

¹⁵ Disponível em: www.google.com/search?q=tabuada+ensino+aritimetrico+antigo&tbn. Acesso em: 15 ago. 2020.

palmatória e ainda ficava sem “recrei” e sem merenda, para dar “in exemplo” aos outros. E só saía dos “castigo” quando terminava a aula. (Entrevista concedida pelo senhor J. R., realizada em 20/01/2019)

Tinha um castigo e era uma época boa, melhor que agora, porque naquela época, quando a gente não obedecia, ia para o castigo. Ela botava ajoelhado num monte de caroço de milho de costa para os outros colegas ver que “tava”, sabia dar o exemplo. Eu agradeço a ela por isso. Tinha também uma régua de pau que ela batia na mão, em algumas “menina”, ela batia na coxa. Quando eu “ateimava” e ela vinha bater em mim, eu já sabia tirava a perna e ela “retava” (risos). A professora perguntava: - você quer o quê? Você quer que eu lhe dê régua na mão ou você quer ir pro milho?

Eu preferia ir para o milho, porque ficar de “coca” era melhor que só doía as pernas e a reguada era a mão toda e ainda a ficava vermelha. Mas era algumas vezes que eu ficava de castigo, não era direto não, era só quando eu “ateimava” (Entrevista concedida pela senhora M. T., realizada em 20/01/2019).

O uso dos castigos, como um meio de conter os alunos ou até mesmo de os amedrontar, aparece no relato de M.T., colocado por ela como algo bom, como um meio de dar exemplo, “eu agradeço a ela por isso”. Como aluna, aquele momento constituía-se na aprendizagem do que não fazer, das coisas que eram proibidas. Sob essa perspectiva, os castigos surgem como um meio disciplinador, civilizador e fazia parte da prática pedagógica para serem utilizadas apenas em casos de extrema necessidade.

Muitas das práticas pedagógicas, existentes no período anterior às contratações pela prefeitura, continuaram a aparecer na sala de aula da casa-escola de Cláudia Romana dos Santos, algumas delas citadas e mencionadas no tópico anterior. Muda-se o olhar do município sobre a escolarização presente na comunidade da Baixinha, no entanto, as práticas pedagógicas de Cláudia se ampliaram, mas partiam da mesma base dos seus conhecimentos adquiridos pela prática.

A professora Cláudia Romana dos Santos prestou serviços na alfabetização da comunidade da Baixinha até 1979, quando ela deixa, definitivamente, de aparecer nas folhas de pagamento. Nisso, teremos que considerar que, tendo nascido em 1913, nossa personagem já tinha 66 anos e se encontrava aposentada como trabalhadora rural, única possibilidade de auferir algum benefício previdenciário, uma vez que não dispôs de contribuições suficientes para uma aposentadoria como professora.

4.5 Finalmente um prédio escolar

No início dos anos 1980, durante a gestão do senhor João Lopes dos Santos (1977-1983), começou a funcionar, na comunidade da Baixinha, a Escola José Martins da Silva, além de outras unidades escolares em outras comunidades. Essa mudança é notada nas palavras da senhora M.F., inclusive, na mudança ocorrida com a contratação para trabalhar no novo espaço escolar de professores(as) diplomados(as):

Eu estudei com dona Cláudia até os 12 anos, depois eu estudei em Judite no Urubu. Aí, quando eu ia passar para o ginásio, o que é aquele colégio do São Judas, meus pais não “teve” dinheiro para pagar, lá a escola era paga e os meus pais não “tinha” como pagar. (Entrevista concedida pela senhora M. F., realizada em 20/01/2019)

A entrevistada nasceu no ano de 1967, considerando que ela afirmou ter estudado com a professora Cláudia Romana dos Santos até os 12 anos de idade, chegamos até o ano que consideramos ser o último que ela atuou no magistério municipal de Ipirá (1979), ainda na casa-escola.

A chegada dessa escola demarca a chegada dos(as) professores(as) diplomados(as) e, praticamente, reclassifica a professora Cláudia Romana como a “professora da banca” (reforço escolar), uma vez que, enquanto professora leiga, não possuía a qualificação, agora necessária para atuar nessa escola. Assim, a prefeitura contratou profissionais formados, inclusive, bisnetas do Mestre Panta, uma delas foi a senhora Judite, que lá trabalhou até se aposentar.

Com o passar dos anos e as precárias condições sob as quais vivia, a senhora Cláudia Romana desenvolveu alguns problemas de saúde, como o diabetes que, inicialmente, provocou a amputação de parte do seu pé e, mais tarde, de sua perna.

Figura 23 - Professora Cláudia Romana dos Santos



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

A professora Cláudia Romana dos Santos foi uma lutadora incansável, lutou obstinadamente pelo bem social da comunidade, viveu para servir até os últimos dias da sua vida, em 03 de outubro de 2001. Ela faleceu após ter sofrido um acidente vascular cerebral, quando já vivia com familiares em Santo Antônio de Jesus.

Figura 24 - Foto da certidão de óbito da senhora Cláudia Romana dos Santos

ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO

Série AA
Nº 551914

COMARCA DE Irará-BA
Subdistrito de Sede

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Carterio do Registro Civil das Pessoas Naturais
COMARCA F. BARRA - 1311-0 CA - 11A
Forn. Dr. Cândido Vieira de Castro, 160
Fone: (075) 247-2081 e 247-2082
BARRA - Bahia

Eu, MARISA FERREIRA MENDES,
substituto de Sede, Oficial do Registro Civil do
Certifico que, sob nº 42 109 do It. 209 do Livro 04-0 de
REGISTRO DE ÓBITOS, encontra-se o assentamento do falecimento de CLAUDIA ROMANA DOS
SANTOS
do sexo feminino, de cor x*x*x*x*x*x*, ocorrido em 03 de
outubro de 2001 -
às 10 horas e 20
de Raimundo Lima Rocha, sendo declarante
doutor Euvaldo de A. Rosa - CRM 575, estado pelo
óbito: HOSP. Luis Argollo - Santo Antonio de Jesus-BA; lugar do
morte: Acidente Vascular Cerebral;
profissão: Lavadora; natural: Irará-BA
residência: Poa. Baixinha-Irárd;
idade: 88 anos;
estado civil: viuva;
filiação: Francisca Romana de Jesus;
filhos:
sepultado no cemitério: Irará
Observações: Registro feito em 03 de outubro de 2001

O referido é verdade e dou fé.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Marisa Ferreira Mendes
Cláudia
Comarca de Barra - Bahia - (075) 247-2081
Irará-BA, 25 de fevereiro de 19 2002

Marisa Ferreira Mendes
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

1311-0 CA - 11A
Lote nº 22-250 41 23-02-1974

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

A senhora Cláudia Romana tornou-se uma filha e uma mãe da/na comunidade da Baixinha, uma mulher simples e do campo, que considerava a educação como um meio de transformação social e o único caminho para mudar os rumos e a história daquela localidade, majoritariamente, composta por pessoas negras e, tradicionalmente, relegada a uma condição secundária pelos poderes estabelecidos. A professora Cláudia Romana dos Santos representava a comunidade em vários aspectos, não só nas suas contribuições educacionais, como também na busca por melhorias e pelos direitos das pessoas que ali viviam, merecendo o mais profundo respeito de todos que a conheceram ou já ouviram falar sobre ela.

5. PARA NÃO CONCLUIR: Algumas considerações

A construção da escrita é um processo árduo, consiste em uma ação contínua de reflexão e diálogo, principalmente quando o pesquisador se propõe a investigar uma realidade pouco estudada. Pesquisar sobre a história da educação em uma comunidade rural aponta uma outra vertente de escolarização existente na educação brasileira, de sujeitos e atores sociais que propuseram mudanças e as realizaram dentro dos seus contextos.

Ao escutar as histórias, começo a perceber os caminhos para iniciar os registros dessas memórias, selecionando as falas e reiterando as leituras que possibilitam rememorar, junto aos moradores, essa história em meio a tanto desafios para a sua construção. Compreender mais sobre o Alto do Santo Antônio e as contribuições de Mestre Panta para a comunidade da Baixinha foi um processo muito extenso e prazeroso de descobertas, marcadas por histórias fabulosas acerca da sua figura e que ainda carecem por serem estudadas por outros pesquisadores. Pois narrar e refletir sobre a história desse homem, símbolo de resistência negra, que usava das suas vias de negociação para manter viva a religião enraizada nas matrizes africanas é uma tarefa que precisa ser realizada a fim de buscar compreender as suas entrelinhas, dada a sua complexidade.

A escolarização nas comunidades rurais, em sua grande maioria, ocorreu através da iniciativa privada, ou voluntária, e até mesmo da contratação de professores(as) leigos(as) que foram responsáveis pelo ensino. No Norte e no Nordeste, esses(as) professores(as) puderam ser encontrados em maior profusão e por maior período de tempo, conforme demonstrado nos escritos de Carneiro (2018). Coube a esses(as) professores(as) leigos(as), muitos(as) utilizando a prática espacial da casa-escola, prover a escolarização das crianças e jovens nas comunidades rurais, enfrentando as dificuldades recorrentes e mais elementares possíveis.

Normalmente uma extensão da atividade feminina, as professoras leigas desenvolviam suas práticas de escolarização em suas casas, pois não haviam espaços escolares reservados para que elas pudessem desenvolver sua atividade profissional e promover seu processo de ensino-aprendizagem sob condições minimamente adequadas. De fato, elas estavam ocupando o lugar em questão diante das omissões do Estado para com a escolarização nas comunidades rurais, bem como, pela falta de professores(as) formados(as) para o exercício do magistério.

E foi considerando a ausência da ação do Estado - em particular, para com as necessidades educacionais de uma comunidade rural, remanescente de quilombo - que decidimos colocar, sob relevo, a trajetória precursora de uma mulher, agricultora, mãe, que se constituiu professora para possibilitar a oferta de uma escolarização diante de condições tão

adversas. Cláudia Romana dos Santos transformou a sua casa em um espaço de educação formal para atender a crianças que estavam à margem do sistema escolar. Essa iniciativa, assim como outras que não são de conhecimento público, contribuiu significativamente para a escolarização nos lugares em que o Estado não chegava.

A contratação da professora Cláudia Romana pela prefeitura acentua a falta de professores com formação específica para o exercício do magistério, bem como, demonstra quem foram os professores responsáveis pela escolarização nas zonas rurais dos municípios, os péssimos salários os quais eles recebiam e as péssimas condições de trabalho a qual estavam sujeitos.

A senhora Cláudia possuía um olhar cuidadoso sobre essa comunidade, evidenciada pelo desenvolvimento de seu trabalho como agente de saúde e responsável pela administração de medicamentos nessa comunidade. Por conta disso, ela teve o seu legado eternizado através da homenagem recebida após cerca de 40 anos da sua saída do trabalho no município, quando a unidade de saúde da família, construída na comunidade da Baixinha, recebeu o seu nome. Essa singela e merecida homenagem demonstra a necessidade de um conhecimento específico sobre o seu protagonismo e a importância dessa mulher para aquela comunidade, mesmo que em uma área distinta da educação escolar.

Figura 25 - Foto da unidade de saúde Cláudia Romana dos Santos



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Cláudia Romana dos Santos teve uma grande e essencial participação na educação dessa comunidade e foi reconhecida através da sua trajetória como colaboradora na saúde. Ela contribuiu por anos para construir e transformar a realidade daquela localidade seja na educação, na saúde ou em qualquer outra área que ela se sensibilizava a ajudar.

Portanto, precisamos de mais trabalhos no campo da história que abordem sobre o protagonismo de tantos outros homens e mulheres que fizeram muito, seja na educação, na saúde e em outras áreas pelas comunidades por onde passaram, que, assim como Cláudia Romana dos Santos, foram de extrema importância para a garantia de direitos básicos para esses lugares e sujeitos.

Contudo, há muito ainda por ser estudado, e essa pesquisa aponta diversos caminhos e possibilidades de estudo, tais como: a necessidade de uma análise mais detalhada das folhas de pagamento, da prática cotidiana de Cláudia Romana dos Santos e até mesmo das demais docentes do município, que também eram leigas e atuavam na zona rural do município de Iará, bem como, investigar a relação da maioria dos docentes serem mulheres, questões essas que perpassam pelo processo de feminização do magistério primário. Havia muitos vieses a serem explorados nessa pesquisa, no entanto, para atender nosso objetivo, precisávamos fazer algumas

escolhas dos percursos a seguir diante do tempo que tínhamos para concluir a investigação. Entretanto, algumas questões podem ser retomadas em estudos posteriores, que ainda me suscitam bastante interesse e justificam a “parcialidade transitória” desse encerramento.

FONTES

ARQUIVO PUBLICO MUNICIPAL, **Folhas de pagamento**: referentes aos serviços prestados entre os anos de 1974, 1976, 1977, 1978, 1979.

RwP FC. **Igreja dos Pantas**. 2017.(8:44). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EnBNhb_c2vE&t=6s. Acesso em: 08 de out. 2019.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Wlamyra R. de, FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Uma obra de referência para professores rurais: Escola Primária Rural. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.20, n.36, p. 57-68, jul/dez. 2011.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, 1824. Disponível em: http://googleweblight.com/?lite_url=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm&ei=vhIszVnP&lc=ptBR&s=1&m=605&host=www.google.com.br&ts=1500312804&sig=ALNZjWmRZGw-NIPW_nq5RZ5HKCTYwfC2hw. Acesso em: 18 de abril de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana na Educação Básica**. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARNEIRO. Rita de Cassia Oliveira. **Quando a casa é a escola: trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia**. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Salvador, 2018.

CONCEIÇÃO. Miguel Luiz da. **“O aprendizado da Liberdade”, educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2007.

FONSECA, M. V. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007, 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007a.

_____. A arte de construir o invisível: o negro na história da educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13, jan/abril, p. 11-50, 2007b.

_____. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela história da educação. 2009.

FERRETI, Sérgio. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v4n8/0104-7183-ha-4-8-0182.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: _____ (org.). **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação. História da Educação. 3ª ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005.

FILHO, Juvino Alves dos Santos; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. O pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida livre. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., (Orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, n. 15/ 134-158, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2020.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. In: DROIT A L'EDUCATION: SOLUTION A TOUS LES PROBLEMES OU PROBLEME SANS SOLUTION?, 2005, Sion (Suíça). **Anais...**, 2005. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

NASCIMENTO, Antonio da Conceição. O fim dos enterramentos na igreja e a construção do cemitério: mudanças na cultura funerária em Maragogipe-Ba. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal (RN), **Anais...**, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364627658_ARQUIVO_OFIMDOSENTERRAMENTOSNAIGREJAEACONSTRUCAODOCEMITERIOEMMARAGOGIPE.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

OLIVEIRA, Sandra Nívia Soares. **De manganzeiros a quilombolas**: terra, educação e identidade em Mangal e Barro Vermelho. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Salvador, 2006, 181f.

RABELO, Amanda Oliveira. A mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v.9, n.9, 41-53, 2007.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. De lavradora a professora primária na roça: narrativas, docência e profissionalização. **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n.65, abr-jun. 2016.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos poucos claros: Classificação raciais no Brasil dos séculos XVII-XIX. **Afro-Ásia**, Revista USP, nº. 28, 2005.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Território, direitos e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia. **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 221-245. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2989/1/3193-19560-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Etnicidade e memória entre quilombolas em Irará-Bahia**. Dissertação (Mestrado em Estudo Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2008, 222f.

_____. Comunidades Quilombolas do Portal do Sertão da Bahia: a luta entre o reconhecimento e a redistribuição. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 133-165, jan/jun, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/64563/37343>. Acesso em: 21 set. 2020.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretexto dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista Brasileira de Educação**, n. 4, jul/dez. 2002.

_____. Reinventando um passado: diversidade étnica e social dos alunos das aulas públicas de primeiras letras na corte na primeira metade do século XIX. In: **Cadernos PENESB**, v.8, Niterói, 2006.

SILVA, Jose Carlos de Araújo. Brancos, pardos, cabras e crioulos, ou apenas pardos e crioulos? uma aula pública de primeiras letras na Cidade do Salvador em meados do século XIX. **Áfricas[s]**, v. 3, n. 5., 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/4042> Acesso em: 25 abr. 2020.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Marcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jerusa (org.). **História da educação e outras histórias**, Brasília: MEC, 2005.

SILVA, Valdélis Santos. **Rio das Rãs e Mangal Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco**. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2010.

SOUZA, Railma dos Santos. **Escravidão na Princesa do Sertão: Matinha dos Pretos/Fazenda Candéal e a historiografia da escravidão (Feira de Santana - 1854-1945)**. TCC (Licenciatura em História), Universidade de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana/BA, 2013.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola para negros e pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 39, p. 502-516, set/dez., 2008.

TELLES, V.S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WAGLEY, Charles. Prefácio. *In*: AZEVEDO, Thales. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA -UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
AFRICANOS POVOS INDÍGENAS E CULTURAS
NEGRAS.
LINHA DE PESQUISA 2 – CULTURA, EDUCAÇÃO E
MEMÓRIA.
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa intitulado “ _____ ” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Irara - BA, __ de _____ de _____.

 Participante da pesquisa

 Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.



APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Roteiro 01

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Qual o local onde vocês moravam antes de vir morar na comunidade da Baixinha?
- 4- Quais os movimentos levaram dona Claudia e sua família a mudar para a comunidade da Baixinha?
- 5- O senhor alguma vez ouviu dona Claudia? Falar onde? E com quem aprendeu a ler e contar?
- 6- Ela ministrava aulas na comunidade em que vocês moravam anteriormente?
- 7- Como era a relação de dona Claudia com as pessoas da comunidade?
- 8- Como funcionava a escola na comunidade da Baixinha?
- 9- Havia um espaço específico para as aulas? (um limite entre os espaços em que os alunos podiam ficar na casa).

Roteiro 02

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Conte-me um pouco sobre dona Claudia:
- 4- Dizem que ela era parteira, rezadeira, conselheira e professora. Conte para mim um pouco sobre essas funções que ela desempenhava:
- 5- E sobre a escola, como ela funcionava? Havia um horário definido?
- 6- Como ela fazia para alfabetizar? (Usava cartilha, abc, tabuada)
- 7- Como ela fazia?
- 8- Como era a organização dos alunos?

ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTOS PREENCHIDOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou Ana Claudia Cerqueira Silva estudante do curso de graduação em Pedagogia na Universidade estadual de Feira de Santana – Bahia, matrícula nº 12131246 - Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Sandra Nívia Soares de Oliveira, cujo objetivo é Investigar os conteúdos da educação desenvolvida no quilombo da Buiximba, Itana-Ba.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone (74) 9 8200-9022 ou pela entidade responsável.

Atenciosamente

Ana Cláudia C. Silva
Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula:

Buiximba, 23 de março de 2017.
Local e data

Sandra Nívia Soares de Oliveira
Matrícula: 74361070-2

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Augusto F. Moreira
Nome e assinatura do participante
Local e data Buiximba, 23/03/2017





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ESTUDOS AFRICANOS POVOS INDÍGENAS E
 CULTURAS NEGRAS.
 LINHA DE PESQUISA 2 - CULTURA,
 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA.
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Hilton Pereira dos Santos, depois de conhecer e entender os,

objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa intitulado

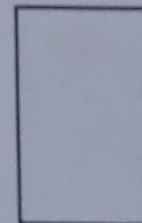
"A pesquisa Chirua Pereira e a escravidão no quilombo de Beizinho, Itara - BA, 1944-1950."
 a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Itara - BA, 06 de dezembro de 2018.

Hilton Pereira dos Santos Participante da pesquisa
Ana Cláudia Cerqueira Silva Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou Ana Claudia Cerqueira Silva estudante do curso de graduação em Pedagogia na Universidade estadual de Feira de Santana – Bahia, matrícula nº 13131246 - Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Sandra Nivia Soares de Oliveira, cujo objetivo é Investigar os conteúdos da educação escolariza no quilombo de Boimbo em Itapara-Ba.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone (75) 98200-9022 ou pela entidade responsável.

Atenciosamente

Ana Claudia C. Silva
(Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula:

Boimbo, 09 de abril de 2017.
Local e data

Sandra Nivia Soares de Oliveira
Matrícula: 74361070-2

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Edilva dos Santos Almeida, Boimbo, 09/04/2017
Nome e assinatura do participante Local e data



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou Ana Claudia Cerqueira Silva estudante do curso de graduação em Pedagogia na Universidade estadual de Feira de Santana – Bahia, matrícula nº 13/1246 - Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Sandra Nivia Soares de Oliveira, cujo objetivo é Investigar os conteúdos da educação escolarizada, no quilombo de Brixinha em Itararé - BA.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone (35) 98200-9022 ou pela entidade responsável.

Atenciosamente

Ana Claudia C. Silva
Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula:

12 de março de 2017
Local e data

Sandra Nivia Soares de Oliveira
Matrícula: 74361070-2

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

x 7000/Heineke do Santos
Nome e assinatura do participante

Brixinha, 12/03/2017
Local e data



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ESTUDOS AFRICANOS, POVOS INDÍGENAS E
 CULTURAS NEGRAS
 LINHA DE PESQUISA 2 - CULTURA,
 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Maria Teodora de J. dos Santos, depois de conhecer e entender os, entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa intitulado "A pesquisa 'Cláudia Romero e a E. no quilombola Bezenor' já a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes."

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Irara - BA, 17 de outubro de 2019.

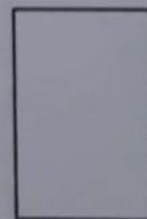
Maria Teodora de J. dos Santos

Participante da pesquisa

Ana Cláudia Cerqueira Silva

Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ESTUDOS AFRICANOS POVOS INDÍGENAS E
 CULTURAS NEGRAS
 LINHA DE PESQUISA 2 - CULTURA,
 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Germina Florina de Jesus depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa intitulado "A pesquisadora Cláudia Romariz e a descobertas no quilombo de Baião de Irara Bahia 1849-1950" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Irara - BA, 20 de Janeiro de 2014

 Participante da pesquisa

Ana Cláudia C. Silva
 Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
 ESTUDOS AFRICANOS POVOS INDÍGENAS E
 CULTURAS NEGRAS.
 LINHA DE PESQUISA 2 - CULTURA,
 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA.
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Valmi Dantas Martins, depois de conhecer e entender os,

objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa intitulado

"A professora Cláudia Ferreira e a ressignificação do quilombo da Baixada Iraira - BA - 1949-1980"
 a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

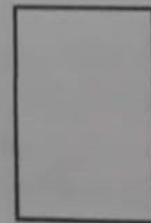
Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Iraira - BA, 26 de Julho de 2016.

Valmi Dantas Martins
 Participante da pesquisa

Ana Cláudia C. Silva
 Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ESTUDOS AFRICANOS POVOS INDÍGENAS E
 CULTURAS NEGRAS
 LINHA DE PESQUISA 2 - CULTURA,
 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Scanned with CamScanner



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Jose Raimundo P. dos Santos, depois de conhecer e entender os,

entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa intitulado "A professora Cláudia Romão e a escolarização do quilombo do Baixo São Paulo - BA - 1960" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Irara - BA, 17 de outubro de 2019.

Jose Raimundo P. dos Santos Participante da pesquisa
Ana Cláudia C. Silva Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ESTUDOS AFRICANOS POVOS INDÍGENAS E
 CULTURAS NEGRAS.
 LINHA DE PESQUISA 2 – CULTURA,
 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA.
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Diomara Rosa da Silva, depois de conhecer e entender os,

objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa

intitulado

"A professora Cláudia Romera e a exclusão no quilombo de Baixinho, Itara - BA 1944-1980"

a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Itara - BA, 06 de dezembro de 2017.

Participante da pesquisa

Ana Cláudia C. Silva
 Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.



Scanned with
 CamScanner



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ESTUDOS AFRICANOS POVOS INDÍGENAS E
 CULTURAS NEGRAS.
 LINHA DE PESQUISA 2 - CULTURA,
 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA.
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Marcos Faustino de J. dos Santos depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de pesquisa intitulado A pesquisa "Cultura Negra e a educação no quilombo do Boi Preto - Ilheus - BA - 1970" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Ilheus - BA, 17 de outubro de 2019

Marcos Faustino de J. dos Santos Participante da pesquisa
Ana Cláudia C. Silva Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS POVOS
 INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS.
 LINHA DE PESQUISA 2 – CULTURA, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA.
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu Maria Janilda Paesqueira dos Santos Souza,
 RG 04473181 79, depois de conhecer e entender os objetivos,
 procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente
 da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de
 Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os
 pesquisadores (Ana Cláudia Cerqueira Silva e Jose Carlos Araújo Silva) do projeto de
 pesquisa intitulado “A professora Cláudia Romana e a escolarização no quilombo da
 Baixinha, Irará - Bahia 1949-1980. ” a utilizar as fotos e depoimentos do senhor João
 Américo dos Santos, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou
 depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências),
 em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está
 previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da
 Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso,
 Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado
 pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Irara - BA, 26 de outubro de 2020.

[Assinatura]
 Participante da pesquisa

[Assinatura]
 Pesquisador responsável pelo projeto

